



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

## **37ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, CNRH.**

Brasília/DF.  
23 de Setembro de 2014.

*(Transcrição ip[s]is verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotípia*

1 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Boa tarde. Nós  
2 gostaríamos de dar as boas vindas aos senhores Conselheiros e Conselheiras.  
3 Agradecer a presença de todos. E, para que nós possamos dar início a nossa  
4 37ª Reunião Extraordinária do CNRH, nós gostaríamos de convidar para  
5 compor a mesa, o Senhor Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano  
6 e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Dr. Ney  
7 Maranhão. Convidaríamos também, para compor a mesa, o Diretor de  
8 Recursos Hídricos da nossa Secretaria, Dr. Marcelo Jorge Medeiros. Com a  
9 palavra, o Senhor Secretário para a abertura dessa nossa reunião.

10  
11  
12 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Boa tarde,  
13 Senhores Conselheiros. Nós damos boas vindas a todos e agradecemos pela  
14 presença de todos aqui. Nós temos vivido nos últimos tempos transformações  
15 muito profundas no nosso País ao longo das últimas 5 décadas,  
16 principalmente, o crescimento populacional, somos hoje 201 milhões de  
17 habitantes. A concentração demográfica que cresceu muito nas áreas urbanas,  
18 hoje, ela é cerca de 86% da nossa população que vive em áreas urbanas, nas  
19 cidades. O crescimento e a diversificação da nossa produção industrial e o  
20 salto na produção agropecuária, especialmente, agricultura irrigada que,  
21 segundo o relatório de conjuntura de Recursos Hídricos publicado em 2013  
22 pela Agência Nacional de Águas, indica que nós temos, hoje, 5,8 milhões de  
23 hectares irrigados no ano de 2012 e um cenário de futuras mudanças  
24 climáticas com períodos de estiagem que sinalizam para a gestão dos  
25 Recursos Hídricos a necessidade de avanços significativos para garantir ao  
26 País a segurança hídrica, e com ela, a segurança alimentar e a segurança  
27 energética e também os usos múltiplos, a racionalização das demandas e a  
28 resolução de conflitos que se desenham no horizonte. Dentre os principais  
29 eventos críticos enfrentados em 2014, destacam-se as cheias do Rio Madeira,  
30 de janeiro a junho desse ano, durante as quais a vazão foi 30% superior a  
31 máxima histórica que ocorreu em 1984 e afetou cerca de vinte mil pessoas. O  
32 Rio Negro teve a sua quinta maior cheia histórica e atrasou o início da vazante  
33 em cerca de um mês, de junho para o mês de julho, o mesmo tendo ocorrido  
34 para com o Rio Amazonas. Apenas no Estado do Amazonas, 320 mil pessoas  
35 foram afetadas. No outro extremo do País, no Paraná, o Rio Iguaçu também  
36 excedeu a maior cheia histórica ocorrida em 1984 tendo desabrigado quase 50  
37 mil pessoas. Quanto as estiagens, perdura a situação de seca no nordeste  
38 brasileiro, já no seu terceiro ano consecutivo. Esta tem sido a pior das secas  
39 em 50 anos e fez o Brasil entrar no mapa de eventos climáticos extremos de  
40 2013, segundo relatório divulgado pela Organização Mundial de Meteorologia.  
41 O estudo da OMM ainda aponta o ano de 2013 como o sexto maior em eventos  
42 extremos no mundo, o índice semelhante ao 2007, sendo o aumento da  
43 temperatura o maior problema identificado. Devido à seca, mais de 1.400  
44 municípios da Região Nordeste do País decretaram emergência e precisaram  
45 ser abastecidas pelos carros Pipa. Com relação ao prejuízo com a estiagem  
46 prolongada, este já alcança 8 bilhões de dólares. Cabe ressaltar que, embora  
47 seja um quadro grave, não há registros de mortes, de mortalidades causadas  
48 pela seca ou mesmo saques, ao contrário de secas históricas ocorridas  
49 anteriormente como a que se passou no Ceará em 1880 onde a quantidade de

50 pessoas mortas foi extremamente grande. É crítica também a situação da  
51 macrometrópole de São Paulo que envolve as regiões metropolitanas de São  
52 Paulo, Campinas e Vale do Paraíba Paulista cujo principal manancial, o  
53 sistema Cantareira atingiu ontem 8,1% do volume total armazenado. Os  
54 reservatórios de geração de energia do Sudeste encontram-se baixos mesmo  
55 para um período sem chuvas. O mesmo ocorre nas bacias do Rio Paraíba do  
56 Sul e São Francisco, neste último o reservatório Três Marias em Minas Gerais  
57 já está menos que 6% do volume útil, enquanto Sobradinho, no último  
58 domingo, estava 32% do volume útil, invertendo 1.126 metros cúbicos por  
59 segundo mantendo atendimento à Resolução da ANA, mas com uma vazão  
60 afluyente de apenas 34 metros cúbicos, 340 metros cúbicos por segundo. O  
61 interior do Estado de São Paulo também enfrenta seca histórica, a pior dos  
62 últimos 70 anos. Na região de Araçatuba, a 477 quilômetros da região paulista,  
63 o rio Tietê baixou 8 metros interrompendo há dois meses o tráfico de barcas  
64 na hidrovia Tietê-Paraná, uma das maiores do País. É preciso reconhecer a  
65 atuação da ANA no sentido de apontar, apoiar decisões, informar a Resolução,  
66 monitorar a evolução dos fenômenos e orientar as medidas operacionais e  
67 regras operacionais a serem cumpridas. Não podemos também perder de vista  
68 a questão das mudanças climáticas. Está sendo realizada hoje a Cúpula do  
69 Clima, promovida pela Organização das Nações Unidas em Nova Iorque, do  
70 qual participam 125 governantes mundiais, incluindo a Presidente Dilma  
71 Rousseff e Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Na ocasião, o Brasil  
72 deve reafirmar os compromissos de se engajar na solução para a questão do  
73 clima com o País mantendo a disposição de participar ativamente de todas as  
74 negociações que envolvam o novo acordo global sobre o tema. Na última  
75 reunião do Conselho, em 9 e 10 de junho, afirmei que na última reunião  
76 ordinária deste ano pautaríamos uma discussão sobre os principais eventos  
77 críticos ocorridos em 2014 com ênfase em uma análise do que aconteceu, das  
78 lições aprendidas e providências a serem adotadas. Confirmando a inclusão do  
79 tema na pauta da próxima reunião do Conselho, será ele o item mais  
80 importante, uma oportunidade para ouvirmos aqueles que se envolveram com  
81 as várias situações e avaliarmos juntos o que foi feito. Na reunião de hoje,  
82 durante os informes, Dr. Paulo Varela, Diretor da Agência Nacional de Águas,  
83 dará uma notícia atualizada ao Conselho sobre o momento que vivemos na  
84 gestão dos Recursos Hídricos. Eu saúdo todos os nossos Conselheiros aqui  
85 presentes. Convido-os para que possamos ter uma reunião profícua hoje e  
86 amanhã e peço ao Senhor Roberto Monteiro que verifique o nosso quórum.

87  
88  
89 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Senhor Secretário,  
90 Senhores Conselheiros, nós temos a participação nesse momento de 44  
91 conselheiros, portanto em número superior ao número regimental exigido.

92  
93  
94 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Eu agradeço,  
95 então, aos nossos Conselheiros, ao plenário pelo quórum que nós temos e  
96 solicito que o mesmo seja mantido até o final da reunião. Eu declaro aberta a  
97 sessão e solicito que todas as intervenções feitas pelos nossos Conselheiros  
98 que informem o seu nome completo e entidade e órgão que representam para

efeito de registro da nossa gravação. Eu solicito agora ao senhor Roberto Monteiro que leia os procedimentos da nossa reunião.

**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Serão adotados os seguintes procedimentos: havendo discussões e encerradas essas discussões as propostas serão submetidas ao plenário para aprovação. Durante o processo de votação, não será concedida a palavra para novos pronunciamentos e nem a parte. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes. Somente terão direito a voto os Conselheiros titulares, os Conselheiros suplentes com direito a voto serão aqueles que efetivamente estejam substituindo os titulares ausentes. Os Conselheiros suplentes sempre terão direito a voz. Os Conselheiros podem delegar, a seu critério, o uso da palavra para manifestação em plenário. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição e farão o uso da palavra por três minutos devendo todos se ater, exclusivamente, ao assunto em discussão. Esses são os procedimentos adotados.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Muito obrigado. Eu ressalto a importância de que esse limite de três minutos seja respeitado por todos os nossos Conselheiros. Para dar início aos nossos trabalhos efetivamente, eu peço ao senhor Roberto Monteiro que proceda à leitura da ordem do dia.

**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Da ordem do dia consta os seguintes itens: 1) abertura; 2) aprovação da Ata de 30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; 3) deliberação sobre proposta de resolução que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de Recursos Hídricos, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos dos usuários, dos usuários e das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e se trata de uma revisão da Resolução CNRH número 100 de 26 de março de 2009, essa matéria foi encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, CTIL; o item 4 seria a apresentação do Decreto número 8.243 de 2014 que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social bem como o Fórum Interconselhos, essa apresentação será por representante da Presidência da República; item 5 seriam assuntos gerais e, 6) encerramento dos trabalhos do dia de hoje. Para amanhã, nós temos, foi distribuída, a programação foi distribuída pela equipe da Secretaria Executiva e é exatamente a programação do Seminário sobre Exploração e Produção de Gás não Convencional e constará desse seminário a apresentação de 7 palestras aprofundando o assunto conforme ciência do disposto na nossa reunião anterior.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Muito obrigado. Então, nós vamos passar ao item número 2 da pauta, não tem o item número 1 da pauta, item número 2 da pauta que é a aprovação do extrato da ata da 31ª reunião ordinária do CNRH e eu indago ao plenário se há sugestões de alteração desse extrato? Os senhores receberam uma cópia desse extrato, puderam examiná-la, eu pergunto se tem alguma proposta de alteração no conteúdo desse extrato? Se ninguém tem nenhuma manifestação a fazer, eu vou declarar esta ata aprovada, como, de fato, faço nesse momento. Eu pergunto ao plenário se há algum pedido de urgência para a nossa pauta? Também não havendo nenhuma manifestação, eu passo, então, ao item 3.1 da pauta que é deliberação sobre a proposta de Resolução que define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento no uso de Recursos Hídricos, nos Conselhos estaduais Recursos Hídricos, nos usuários das organizações civis de Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Revisão da Resolução CNRH número 100 de 26 de março de 2009 encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, CTIL. Eu convido o Dr. Júlio Kettelhut, Presidente da CTIL, para apresentar a matéria.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Departamento de Recursos Hídricos)** - Boa tarde, Secretário. Boa tarde senhores e senhoras. A Resolução 100, como já foi dito pelo secretário, trata, define os critérios para a escolha, indicação dos representantes dos diferentes segmentos que compõem o Conselho. Então, nós temos, todos nós sabemos, segmentos do Governo Federal, segmento de Conselhos Estaduais, de usuários e Sociedade Civil. Então, ela define isso para todos eles. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Está baixo? É o microfone que está baixo. Eu que sou alto, eu que tenho que ficar mais baixo, então. Definindo então para todos eles essa...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Júlio, por favor, você pode recomendar, porque as pessoas lá atrás não ouviram o início da sua manifestação.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Departamento de Recursos Hídricos)** - Ok. Quebra esse daí, por favor, senão vou sair com dor nas costas daqui. Bom, boa tarde senhores e senhoras, essa Resolução que nós vamos tratar agora é a Resolução 100, ela define os procedimentos para indicação dos representantes dos diferentes segmentos que compõem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, segmento do Governo Federal, segmento dos Estados, Conselhos estaduais, segmentos dos usuários e da Sociedade Civil. Nós tivemos, essa Resolução foi criada em 2009 e nós tivemos nesse período uma eleição de representantes que foi em 2012, senão me engano, e aconteceram diversos fatos com relação a essa Resolução. O primeiro deles e o mais relevante, mais importante no caso, foi uma demanda judicial feita pela Sociedade Civil, pela Fonasc especificamente, no tocante aqui, a Resolução limitava a participação das organizações Civis que fossem, somente as que

fossem de caráter regional ou nacional, então houve uma demanda judicial, tiveram ganho de causa, o Juiz mandou que reformulasse, retirasse essas expressões da Resolução. Esse foi um dos motivos que, de qualquer modo, de qualquer maneira, nós teríamos que fazer essa revisão da Resolução. O outro motivo foi que a Secretaria Executiva do Conselho, nessa última eleição, teve dificuldades em alguns pontos na aplicação da Resolução, então nós tivemos dificuldade em interpretação inclusive da própria Resolução, então aconteceu que, somando esses dois fatos, apontou-se uma necessidade de realizar a revisão geral da Resolução. Isso foi feito, foi feita uma proposta apresentada a CTIL, a CTIL fez o seu estudo com relação a essa proposta e aqui foi apresentada e essa é a proposta que veio aqui ao Conselho. É importante ressaltar também que nós vamos entrar no novo processo eleitoral ou de escolha de membros e esse processo tem que ser dado início agora em outubro, é um processo longo que tem data, que tem prazos determinados, têm datas fixadas, então tem que ser dado início em outubro, agora, desse ano para que já haja renovação. Então, tudo isso nos levou a fazer a reunião extraordinária aqui do Conselho para que o Conselho deliberasse sobre a Resolução e ela fosse realmente já aplicada no próximo processo eleitoral que vai, o processo de escolha ou eleitoral como queira, que vai ser dado início agora em outubro. Ela trata, então, desses todos os segmentos, os segmentos já definidos através do Decreto 5.263 de 5 de novembro de 2004 onde define o número de participantes, o número de representantes e, ela detalha também as formas de apresentação dos participantes. Nós temos que ter muito claro uma diferença, a diferença dos participantes que votam durante as Assembleias e dos escolhidos por esse participante, entende? Então, os participantes que votam na Assembleia têm uma definição para eles e a Resolução trata disso e os escolhidos para eles, para serem representados, para serem escolhidos então tem uma outra característica. Não necessariamente os escolhidos são, necessitam ser representantes, ser, por exemplo, usuário, não necessariamente precisa ser usuário como aqui está definido usuário com outorga, pode ser escolhido qualquer um. Então, isso é bom deixar muito claro, porque às vezes existe a confusão de que quem participa da Assembleia é que, necessariamente, tem que ser eleito, não, quem participa da Assembleia elege representantes para vir aqui e isso tudo está definido nessa Resolução. Eu creio que com isso, não sei se tem mais esclarecimento que gostaria de implementar, Secretário.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Não, eu imagino que agora cabe abrir, colocar a matéria em discussão e esperar que os comentários acrescentem a sua exposição e nós possamos, em seguida, depois das discussões, deliberar sobre a matéria. De modo que eu coloco a matéria em discussão e estou acolhendo inscrições para manifestações sobre a matéria. Alguém se habilita? Ilde. Conselheira Ilde. Quem mais? Conselheiro Bonança. Pode vir, Ilde, Conselheira Ilde, por favor, tem a palavra, ok.

**A SRª. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibram)** - Boa tarde a todos. Eu faço parte da CTIL e me parece que passou um item aqui, me parece que passou batido e em função do Decreto que regulamenta o Conselho

Nacional. É um detalhe, mas eu acho até que nós poderíamos citar o Decreto nos considerandos, porque em função do art. 6º, onde no seu inciso, se puder, não está de acordo com o que o Decreto diz é uma sutileza, mas é só para fazer a coerência com o Decreto. Art. 6º quando de 5 anos, parágrafo único, as organizações listadas nos incisos II e III do caput deverão comprovar atuação na área de Recursos Hídricos e no Decreto diz: mais de 5 anos. Só para fazer a adequação (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*) e colocar isso aí e no considerando citar o Decreto 463 de 2003, porque é o que regulamenta e, inclusive, estabelece a formação do Conselho.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok. Obrigado, Conselheira Maria de Lourdes. Conselheiro Bonança tem a palavra, por favor.

**O SR. WILSON AGOSTINHO BONANÇA (CNA)** - Boa tarde. Wilson Bonança pelo segmento irrigantes, Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil. Nós temos aqui uma proposição, secretário, de nova redação dada ao caput do art. 4º. Eu vou apresentar esse texto, você já vai digitalizando ali. A proposta é para o caput do art. 4º. Poderão ser habilitadas, habilitados como representantes dos usuários no CNRH, pessoas jurídicas caracterizadas como entidades de representação, tais como: associações, instituições, federações e confederações, devendo a representação ser exercida. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Tais como: associações, instituições, federações e confederações devendo a representação ser exercida por meio de indicação do seu representante legal. Assim, a nossa proposta é para que seja retirado do texto original da redação apenas aquilo que foi determinado pela sentença judicial. Nós propomos também o acréscimo de mais um parágrafo a esse artigo que sugerimos que seja o § 4º, pela lógica de sequência, seria o seguinte: o segmento de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderá se fazer representar pelas concessionárias detentoras de mais de uma concessão. Essas são as sugestões que nós apresentamos para complementar o art. 4º.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Alguém mais deseja fazer o uso da palavra? Júlio.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Departamento de Recursos Hídricos)** - Eu primeiro sugiro que esse § 4º seja o § 1º ou § 2º de acordo com a lógica aí, esse parágrafo que foi sugerido agora que seja logo do início. Mas também tem um outro detalhe. Existem, pode existir determinados segmentos aonde não tenha confederação, associação que representa. Então aí, a nossa sugestão é que se conclua um parágrafo também, pode ser o § 1º, e depois esse daí que foi sugerido seria o § 2º ou vice e versa, tanto faz, no seguinte teor. Quer escrever, por favor. Quando não existir essas entidades representativas indicadas do caput, será habilitada como representante dos usuários, qualquer pessoa jurídica com atuação no setor. E aí poderia entrar o 4º entrar como 2º na sequência, daria mais lógica no texto.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok. Obrigado, Conselheiro Júlio. Conselheiro Patrícia pediu a palavra.

**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Boa tarde. Patrícia Boson, FIEMG. Primeiramente dar os parabéns ao Secretário por ter colocado na pauta a crise hídrica. Sinceramente, como Conselheira, eu vim muito cabisbaixa para cá hoje, porque depois de uma crise dessa, eu, Conselheira Nacional, ainda bem que ninguém me reconhece...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Mais agora a cabeça está levantada.

**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Ou conhece. Se alguém parasse na rua e perguntasse o que você vai fazer um Brasília enquanto Conselheira Nacional e eu dissesse que vinha mudar um parágrafo do Regimento Interno, sinceramente, eu ia nem dormir direito de noite, mas está corrigido.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Mas agora você pode andar de cabeça em pé.

**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Corrigido, corrigido. Primeiramente, nós temos que fazer uma correção das questões. Só pode participar de Assembleia quem está habilitado para se eleger, não existe essa questão de estar na assembleia para ir eleger alguém que está habilitado, vai à Assembleia e todos que vão à Assembleia estarão habilitados a se eleger, portanto o que nós estamos tratando aqui é de escolha da assembleia que ela, soberanamente, irá eleger algum dentre eles, nenhum fora, dentre eles. Então, não existe uma assembleia que tenha membro que não está habilitado a ser eleito, isso não existe, todos que estão lá, estão habilitados a serem eleitos. Então não há essa diferenciação de corpos, está todo mundo uma coisa só. Essa é a primeira questão. A segunda questão é que os usuários estão muito bem caracterizados ali pelo § 2º, muito bem caracterizados, e aqueles que não têm representação tem um parágrafo dizendo que pode ser empresa. Então, não há nenhum sentido generalizar, ainda mais usando o termo qualquer um, que possa representar quem não tem associação. A indústria tem, irrigação tem, a mineração tem, a metalurgia, quem não tem, de uma maneira mais ampla, é o saneamento que é uma coisa mais complicada e está lá um parágrafo dizendo que tem. Então, não há sentido nesse parágrafo acrescentado agora a não ser dá uma insegurança jurídica numa hora de um impasse, de uma confusão que nós sabemos muito bem, todos nós que somos macaco velho de Assembleia e de colegiado, essas coisas só são demandadas quando há um conflito e aí um artigo que te dê insegurança jurídica ele vai lá e



é capturado a favor de A, B, C ou D. Então, nós temos que ser claros e esse parágrafo dá uma certa insegurança jurídica muito grande e uma incerteza sobre quem pode e, do jeito que estava, não dá incerteza nenhuma, porque todos aqueles que não têm uma representação já estão devidamente colocados nos parágrafos. Obrigada.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Pela ordem, eu tenho um pedido da Conselheira Tereza. O Bonança pediu a palavra?

**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Foi.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Não, a Conselheira Tereza Cristina tinha pedido a palavra e depois Azulay.

**A SR<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (Ministério da Defesa)** - Boa tarde a todos. Conselheira Teresa Cristina, segmento das ONGs. Bom, primeiro, Conselheiro Júlio, eu gostaria que o senhor esclarecesse um pouco essa questão quando o senhor afirma na sua fala de um plenário qualificado para eleger e um plenário que vai, e algo que vai ser candidato. Nós participamos e, em nenhum momento, houve essa separação de habilitados para compor a plenária que vai eleger e habilitados para concorrer à vaga. Essa é uma dúvida que eu gostaria que o senhor esclarecesse. Outro ponto também que eu gostaria que nós pudéssemos, acho que é uma oportunidade, a Resolução está sendo revista, os comitês de bacias não são Sociedade Civil, por exemplo, o Estado do Maranhão, isso já está no seu devido lugar. Os comitês de bacias fazem parte do setor governo, então eu acho que seria uma boa oportunidade de nós também retificarmos essa situação. Bom, e agora vou passar a palavra para o senhor João Clímaco.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS)** - A questão de mérito que está sendo colocada aqui. Boa tarde a todos, todo mundo me conhece aqui, tal como muita gente aqui estamos virando decano desse Conselho e talvez essa Resolução fosse uma forma de evitar esse decanato tão grande e poder oxigenar com mais pessoas novas esse Conselho e ele avançar na política de Recursos Hídricos. Mas me parece que não é esse o espírito que está rolando aqui, acontecendo aqui nessa plenária, porque até o Judiciário já entendeu que o princípio da representação tem que ser construído da maneira mais democrática possível e nós já passamos mais de 50 anos da instituição dos modelos corporativos de representação que foi instituído na época de Getúlio Vargas que era extremamente vanguardistas, as confederações de trabalhadores, as confederações de empresas e isso deu um certo sentido a organização da sociedade brasileira no final, no meio do século passado. Acontece que esse tipo de modelo, ele se perpetua e não tem mais conexão com a realidade de hoje, a sociedade é muito plural, a sociedade é muito heterogênea, o próprio capitalismo, o próprio sistema econômico tem mil

398 facetas que não sugerem mais que alguém se intitule no direito de dizer: “eu  
399 sou seu representante. Eu posso, como empresário”, aliás, eu tenho até uma  
400 pequena empresa e nunca me interessei associar a nenhuma federação e nem  
401 se quer recolher aquela compulsividade que tem da folha de pagamento por  
402 conta de que não aceito esse tipo de modelo e é um direito que eu tenho,  
403 assim como centenas de milhares de empresários têm. Eu não posso ser  
404 compulsivo, compulsoriamente obrigado a ser representado por esse ou por  
405 aquele. A Resolução, nos termos que foi colocada, ela feria gravemente essa,  
406 como é que diz, esse equívoco, porque ela estava colocando que os usuários,  
407 sendo eles detentores, de uma outorga, seja eles quais foram, o espírito  
408 democrático da sua organização possibilitava que ele viesse aqui, se  
409 habilitasse, não vejo mais sentido, mais democrático do que isso, mas,  
410 historicamente, qual foi à causa disso? Quiserem fazer um cabresto também na  
411 Sociedade Civil inventaram um negócio de entidade nacional, entidade regional  
412 como se esse modelo “serve para os usuários” fosse servir para a sociedade.  
413 Nós não somos interessados em ficar a vida toda nesse Conselho, queremos  
414 que qualquer entidade nacional de beira de rio, de qualquer tamanho, tendo  
415 capacidade de articulação, ela consiga se articular com seus pares e ser eleito  
416 aqui. Assim mesmo, eu acho que eu prego esse modelo para os outros  
417 segmentos, não concordamos com essa alteração que está sendo proposta,  
418 aliás, na verdade, nós pagamos um preço altíssimo com a aliança fasta que  
419 houve entre esse segmento e as antigas ONGs que andavam aqui para  
420 reforçar esse patrimonialismo, esse corporativismo para ficar esse decanato  
421 eterno, as mesmas pessoas a vida toda. Olhe, eu, como empresário, exijo,  
422 como cidadão, peço que o bom senso e a modernidade do pensamento político  
423 se impere nesse Conselho e oxigene a capacidade dele se renovar permitindo  
424 que qualquer empresário, seja a própria entidade, como seu, o outro lado do  
425 ‘confundo’ que não tenha ligação, mas que tenha uma consciência e um  
426 princípio de participação, possa se habilitar.

427  
428  
429 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Conselheiro,  
430 esgotado o tempo.

431  
432  
433 **O SR. JOÃO CLÍMACO** – Então, eu peço a sua compreensão dessa plenária  
434 para manifestar o nosso posicionamento de que o retrocesso se impera cada  
435 vez mais no momento que não deveria estar acontecendo nesse Conselho que  
436 é fazer cadeira cativa no Conselho.

437  
438  
439 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Muito obrigado.

440  
441  
442 **O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS)** - Cadeira cativa no Conselho, não achamos  
443 que isso é correto.

444  
445  
446 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Muito obrigado,  
447 Conselheiro João Clímaco. Agora, vamos ouvir o Conselheiro Azulay.

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - Boa tarde. Júlio, eu queria te dizer que nesse § 4º não dava para nós colocarmos prestação de serviço público abastecimento de água e esgotamento sanitário e talvez acrescentar lá, com mais, *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. A não? Ok. Porque, veja bem, o grande problema do setor de saneamento dos usuários é que nós não temos, realmente, uma representação. Nós temos a Sema, temos as empresas privadas que toda vez que tem eleição aqui no Conselho são convocadas naturalmente. Toda vez que quando nós vimos para cá o Setor de Saneamento Estadual, o setor todo se reúne e escolhe os representantes que viriam para cá e vai concorrer junto com os outros representantes que se habilitarem e se quiserem, se tiverem interessados. O setor de saneamento não tem uma representação nacional, nós não temos padrinho, vamos dizer assim, nós não temos ninguém que nos represente nem no Governo Federal, nós não temos uma entidade federal de saneamento. Nós estamos tentando que o Ministério das Cidades que financia, que proporciona os projetos dentro do PAC I, PAC II e todos esses projetos de financiamento que ele, estão tentando convencê-lo de que fique, nos represente para ter uma, vamos dizer, tanto para o setor privado, como o Setor Estadual e o Setor Municipal que tenha um direcionamento nacional, vamos dizer assim, de encaminhamento do processo, mas eu acho que já está contemplado o setor de abastecimento, até por causa das características nossas de não ter essa representação, não vejo, se habilita quem quiser. Agora, eu acho que tem que manter o texto como está lá e, eventualmente colocar mais de uma, isso é relativo, porque não vai parecer nenhuma empresa municipal sozinha para ver. já existe a Sema, já existe a AESBE e já existe, as empresas privadas, já tem a Abcon. Então não tem, não há, não vai haver nunca esse caso de apresentar uma empresa de saneamento, vir para cá para o Conselho e se habilitar, porque ela não vai ter condição, porque ela vai ter que concorrer com todas as outras do sistema, então não vejo necessidade de se colocar esse, de mais de uma representação. Deu para entender? É mais ou menos o que eu, *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Se uma empresa, *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*, o 4º, porque já é natural ninguém, nenhuma empresa, vamos dizer, o município que só tenha uma, que seja um município só ele já está associado a Sema, entendeu?

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Só para o plenário entender, qual é o raciocínio final?

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - Tirar o §4º.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Tirar o § 4º?

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - É.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) - Ok.**

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE) -** Não há necessidade, porque já está implícito.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) -** Perfeito. Construiu um raciocínio para defender a retirada do § 4º.

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE) -** É, do § 4º, porque nenhuma empresa sozinha, vai chegar uma empresa que tenha 2, uma empresa privada não vai lá, já está na Abcon. Todas as empresas privadas estão na Abcon. Todas as empresas municipais estão na Sema. E todas as empresas estaduais estão na AESBE.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) -** Você está propondo a retirada do § 4º proposto agora?

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE) -** Exatamente.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) -** Pelo Conselheiro Bonança, é isso?

**O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE) -** Exatamente, porque já tem as representações.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) -** Está bom. Só para nós entendermos bem do que nós estamos falando aqui. Agora Neiva, por favor, Conselheiro Neiva.

**O SR. FLAVIO ANTONIO NEIVA (ABRAGE) –** Boa tarde a todos. Eu gostaria de examinar o art. 4º que foi proposto a inclusão, por favor. Com relação ao que foi incluído, eu acho que está correto, é uma prática que nós vimos adotando há mais de 15 anos a questão de se eleger entidades representativas do segmento e a entidade eleita é que pode designar, ela designa o representante que pode ser eventualmente os eleitores, um dos eleitores. Não vejo nenhuma dificuldade, eu exemplifico o nosso caso, nós, na nossa Assembleia, geradores de energia elétrica, nós reunimos algumas entidades incluindo a nossa, a Brás, e várias entidades representativas, várias empresas geradoras. Dentre as entidades representativas do setor foi escolhida, por exemplo, a ABRAGE, há mais de quinze anos. A ABRAGE indica seu

Presidente que sou eu e o suplente, um dos eleitores, uma das empresas que foram eleitora, que é o caso da Chesep, no momento. Então, essa prática, eu acho que está correta, porque se não tivesse a empresa, a entidade representativa ficaria aqui sem saber que setor que está sendo representado, está representando essas geradoras, qual a associação, qual a entidade, enfim. Então, essa é a minha posição de apoio do jeito que está ali, que é a prática que vem dando certo há muito tempo.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok. Pela ordem, agora é a Patrícia.

**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Patrícia Boson, FIEMG. É só esclarecendo melhor a minha ponderação anterior que é pelo contrário a colocação daquele parágrafo extra sobre, não sei se isso ficou bem claro, aquele parágrafo extra, apresentado pelo Conselheiro Júlio. A minha posição primeiro era contrária a essa. A segunda questão que eu gostaria de colocar é que talvez as pessoas esqueçam que isso aqui é um sistema, então nós temos um comitê de bacia hidrográfica que é local onde as empresas são representadas, porque são elas que estão lá captando água e lançando água, então depois nós temos o Conselho Estadual, às vezes, nesse Conselho Estadual, nós temos grandes empresas, porque elas ocupam algum espaço majoritário no território e estão lá tirando, captando água, mas, geralmente, são as federações, os sindicatos que reúnem e nós viemos para o Conselho nacional para uma representação também de maior abrangência, por quê? Eu não posso fazer um acordo aqui e, eu acredito nisso aqui como acordo e não como um comando e um controle, eu não posso fazer um acordo aqui sobre cobrança pelo uso da água com usuário que não paga, se ele não paga como ele vai acordar em meu nome, eu que pago, um acordo sobre cobrança pelo uso da água. E aí vem a realidade brasileira, na realidade brasileira, 70% a 80% das nossas indústrias não são usuários de água, elas são consumidoras como eu, pessoa física, elas usam uma usuária que é a concessionária tanto para captar quanto para lançar. Quem, os grandes usuários são as grandes empresas essas, sim, que são, basta quem tiver curiosidade de acompanhar a questão de cobrança pelo uso da água, que está muito bem posta no site da ANA, vocês vão ver lá a característica de quem está pagando água, a característica de grande empresa, não tem pequeninha empresa pagando pelo uso da água. Então, não há nenhum cabimento uma pequena empresa vir aqui representar toda a indústria do Brasil para fazer um acordo com os senhores a respeito de um tema sobre Recursos Hídricos. Então não é uma questão de cadeira cativa, disso ou daquilo, é uma questão de representatividade, apenas a confederação e as federações tem o porte para acolher todo mundo e falar "gente, está acontecendo isso no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, topa ou não topa." Porque é muito diferente eu ter uma empresa, que não tem uso para água quase nenhum no seu processo, aqui representada e uma empresa que está, usa muita água e não pode se representar. Então, não é a questão de cadeira cativa ou disso e aquilo não, é questão de não ter ditadura da minoria, democracia é a representação da maioria, senão é ditadura da minoria, aí nós estamos brincando de ser

democratas. E a terceira questão é sobre os comitês, eu acho que nós temos que encerrar o assunto, embora eu concorde com a tese, com o conceito, porque lá está citado Sociedade Civil, setor privado e Poder Público e, portanto caracterizá-lo como apenas Sociedade Civil é uma distorção, mas isso está no Decreto e não é momento então de nós discutirmos isso aqui, então não temos como colocar isso aqui. É apenas essa questão de ter maior consciência sobre o que é representação e sobre o que é representatividade e não essa bobagem desse democratisismo sem nenhum lastro e sem nenhuma lógica. Obrigada.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheira Patrícia. Não agora a senhora aqui.

**O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA (Ministério das Cidades)** - Boa tarde. Meu nome é Gustavo Frayha, sou representante do Ministério das Cidades, trabalho na Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Com relação à proposta do Bonança, eu queria acho que eu necessito de uma explicação complementar, eu não entendi bem aquele § 4º, já houve uma proposta também pela supressão ou, se essa proposta não vigorar, eu acho que pelo menos precisaria melhorar um pouco a redação, no seguinte sentido: poderá se fazer representar os serviços públicos do abastecimento de água e esgoto; poderá se fazer representar pelas concessionárias detentoras de mais de uma concessão. Existem empresas que são concessionárias em uma mesma cidade dos serviços de água, existe na mesma cidade empresa que são concessionárias do serviço de esgoto, então isso eu acho que pode dar uma grande confusão, eu acho que seria necessário clarear bastante, caso essa redação vá prevalecer. Por outro lado, eu não sei se estou entendendo muito bem, o objetivo desse item não é de eliminar a participação das associações do setor de saneamento, eu presumo, estou pedindo esse esclarecimento, porque o setor de saneamento é um setor meio fragmentado, mas ele tem 5 associações principais e importantes que já foram citados aqui anteriormente, Aesbe que é Associação das Estaduais, a Sema que é Associação das Municipais, a Abcon que é Associação das Privadas. Tem ainda a ABES é uma Associação histórica do setor, são brasileiras de engenharia sanitária e tem a ABAR que é Associação Brasileira das Agências de Regulação. Então, eu penso que, vamos dizer, com melhor esclarecimento, eu requeiro melhor esclarecimento sobre o objetivo da colocação desse § 4º e sugiro que nós possamos, se for o caso até fazer uma reunião menorzinha aqui, caso ele for ser inserido, para nós melhorarmos essa redação para evitar problemas posteriormente. Obrigada.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Obrigado. Agora quem é?

**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Agora é Teresa.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Conselheira Teresa Cristina pediu a palavra. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Pediu de novo. Pediu de novo e depois do Conselheiro Azulay.

**A SR<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (Ministério da Defesa)** - Bom, eu entendo que podemos pensar em fazer uma moção de alteração de Decreto. O fato é que precisa ser resolvido, certo? O Comitê não pode ficar onde ele não está caracterizado para essa, para o segmento que ele está no momento. Então, esse assunto passou pela CTIL, eu entendo que até a CTIL poderia até ter pensado nisso, aproveitado a oportunidade para ratificar, melhorar essa situação. Agora, eu vou passar a palavra para o Senhor João Clímaco.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS)** - Eu estou vendo que se fazem muita confusão por coisa muito simples e essas coisas ficam confusas à medida que a sociedade se moderniza e se cria espaços de diálogo e de convergência, de debates tipicamente de sociedades mais democráticas. Não estamos mais na época de Getúlio Vargas onde tínhamos o modelo que era necessário instituir as associações e incorporações. Uma coisa curiosa é que eu não posso trazer para dentro do Conselho a necessidade de organização social quando... A representação dentro do Conselho deve ser reflexo da organização social, da dinâmica social e não usar um atributo instituído há 50 anos para querer organizar o meu segmento. Na verdade, a dinâmica social se organiza, ela tem pulsação própria e ninguém tem capacidade de chegar nesse Conselho se não for através de grande articulação, ninguém vai votar em uma empresa ou em uma ONG sem expressão se ela não tiver capacidade de se articular. Essa dimensão que acontece externamente é tão natural que, independente desse Conselho existir ou não, ela vai sempre existir. Por exemplo, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais está passando uma fase de falta de credibilidade, nós abrimos eleições agora, nós fazemos parte do Conselho. Eram 9 vagas, só tem 4 entidades que se interessaram em participar, por quê? Porque a sociedade está construindo a sua dinâmica política e conquistando a coisa fora do Conselho, porque a própria estrutura amarrou nas suas ONGs corporativas, os seus templos e suas igrejas, nós não somos um Conselho para instituir igreja e nem uma catedral de dogmas que não se acabam mais. A sociedade está mudando, hoje você tem, o próprio setor empresarial tem associação nacional do empresário ambientalista, do empresário de base, pensamento de bases sustentáveis, um mutirão de representações e que ela, naturalmente, se organiza para participar aonde ela quiser. Eu não estou querendo com isso interferir nessa dimensão, mas eu estou preocupado com o Conselho como um todo, não tenho interesse particular apesar de ter, muita gente ter interesse em prevalecer uma Resolução que foi derrubada na Justiça, nós não temos esse interesse particular, mas sobre o ponto de vista de democracia e construção, e modernidade a questão do que está acontecendo na sociedade hoje, o Conselho no modelo que está aí não consegue expressar. Então, vem uma proposta para retroceder ainda mais e criando aqui um espaço de representação compulsória, quando, na verdade, o setor elétrico, por exemplo,

698 ele tem uma capacidade incrível de se articular e se expressar aqui na hora  
699 que ele quer porque ele tem essa capacidade, as ONGs também e porque as  
700 indústrias não fazem isso do seu modo? E porquê? Onde é que eu vou arrumar  
701 uma outorga? E tem outra coisa no Decreto, eu queria que o Júlio  
702 esclarecesse, se o Decreto diz que tem que ter outorga, então nós temos que  
703 ter pessoa jurídica que tem que ter outorga, está entendendo? Então, eu acho  
704 que esse já é um elemento que determina o caráter da ideia de representação.  
705 Esse negócio de cadeira cativa é perigoso para a democracia, é um retrocesso,  
706 nós estamos passando por processos de construção de um Estado moderno e  
707 época de Getúlio Vargas já passou.

708  
709  
710 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado,  
711 Conselheiro João Clímaco, o senhor usou os 3 minutos rigorosamente. Eu  
712 tenho o Conselheiro Azulay, depois eu queria dar uma organizada aqui no que  
713 foi dito até agora, senão começamos a nos perder um pouco. Depois falaria a  
714 Conselheira Maria de Lourdes e a Conselheira Maria Aparecida, Ok?

715  
716  
717 **O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - Eu queria pedir desculpa, mas  
718 eu quero retirar a minha proposta. Não, é porque eu entendi. Ué, qual o  
719 problema?

720  
721  
722 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Nenhum.

723  
724  
725 **O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - Eu tive uma visão que eu não  
726 queria excluir ninguém, só que conversando com meus pares, eles me  
727 explicaram. Então, eu acho que deve permanecer o § 4º.

728  
729  
730 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Então, o § 4º,  
731 inserido pelo Conselheiro Bonança, pode continuar? Essa é a sua opinião? Ok.

732  
733  
734 **O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - E o Conselheiro vai continuar.

735  
736  
737 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - O Silvio?

738  
739  
740 **O SR. JAIME TEIXEIRA AZULAY (CEDAE)** - O Silvio vai esclarecer.

741  
742  
743 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Pois não. Tem 2  
744 minutos.



**O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (SABESP)** - Boa tarde, Secretário, e boa tarde, Presidente e colegas do Conselho. Na verdade, eu só estou para reforçar então o posicionamento que meu colega Azulay colocou, no sentido de manutenção do art. 4º na forma como está, porém acatando aqui a sugestão que foi colocada, melhorar talvez a sua redação no que se refere ao esclarecimento daquela concessão, não é? Ali, a intenção durante a redação, eu entendi que foi fazer com que as concessionárias que fossem se habilitar para participar do Conselho tivessem a concessão de mais de um município, ou seja, tivesse uma natureza mais regionalizada na visão sistêmica, mais aprofundada enquanto segmento de saneamento, não está se referindo ali a concessão apenas de água ou apenas de esgoto ou dos dois serviços. Talvez então a proposta ali seria para aperfeiçoar a redação esclarecendo do que se trata essa concessão, porém mantendo a redação, mantendo a ideia do art. 4º e do § 4º na forma como estão. Obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok, muito obrigado. Conselheira Maria de Lourdes. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não, são duas coisas distintas.

**A SRª. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibram)** - Maria de Lourdes, IBRAM. Eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte, os parágrafos, tanto o caput do art. 4º, quanto o § 3º, ou § 4º, § 4º eles colocam a palavra “poderá” não tem ninguém aqui tirando ninguém, eu acho que o representante da Sociedade Civil está entendendo do lado dele que tem, todo mundo tem que ser incluído, e do lado do usuário não. E, nós queremos, exatamente que todo mundo, da mesma forma que na representação da Sociedade Civil, aconteça também na questão do usuário industrial. Nós queremos todo mundo participando, por isso tem o “poderá” e se tem o poderá, o § 2º não precisa, porque o § 2º, além dele desqualificar a proposta do caput, ele coloca o óbvio, se a garantia dos usuários é dada pelo Decreto, ninguém vai tirar, se o Decreto diz que a representação é aquela, o Decreto da composição do Conselho nacional, ninguém vai tirar um representante que não tem entidade, ele vai ser representado de qualquer forma, então não precisa do § 2º. E esse “poderá” é importante, porque ele inclui todo mundo que é a proposta aqui, se nós retirarmos uma proposta, tanto do caput do art. 4º, quanto à proposta do § 4º, nós estaremos restringindo a participação.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Conselheira Maria Aparecida, por favor.

**A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Setor de Hidroeletricidade)** - Boa tarde, Secretário. Boa tarde a todos. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas representando o setor de hidroeletricidade. Eu gostaria de reforçar o que está sendo colocado até retrocedendo um pouquinho no tempo e lembrando o que nos levou a estar discutindo sobre essas questões, nós que já temos um tempinho maior, um pouco de Conselho

nacional e que ajudamos a formular tudo isso, que temos hoje aí e ao longo do tempo tivemos que estar também sendo, às vezes, penalizados por algumas Resoluções que nós mesmos ajudamos a formular. E, ao se colocar, se abrir a possibilidade de uma associação, um representante, uma confederação de usuários estar representando o usuário, não é nada mais, nada menos até de poder, estarmos também, ao mesmo tempo, respeitando o espaço da associação e da Sociedade Civil, porque, da forma como está posto hoje, uma CNI e uma CNA estaria podendo disputar a mesma vaga que uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos. Então eu acho que é justamente respeitando o espaço da Sociedade Civil e enxergando que o seu lugar é junto ao usuário, porque senão nós, e isso estou dizendo que no Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, no início, essa dúvida aconteceu e a Firjan ocupava uma vaga de associação civil, porque é o que a Lei apresenta, é o que ela é. Então, nada mais é do que nós tentarmos, de alguma forma, colocarmos as representações nos seus devidos lugares se nós tivermos que mudar Decreto, tivermos que mudar Lei, mas, enquanto isso não muda, nós temos que tentar, pelo menos, ser éticos e reconhecer aonde cabe cada um no seu lugar.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Agradeço a Conselheira Maria Aparecida. Eu queria tentar fazer uma pequena pausa nas manifestações para tentar sistematizar um pouquinho o que nós ouvimos até agora e recordar as motivações dessa Resolução. Essa Resolução foi motivada por uma ação judicial, o Juiz determinou que as restrições, a presença, a participação regional ou nacional de organizações da Sociedade Civil não tivesse esse tipo de restrição. Então, a rigor, nós mexeríamos apenas no art. 5º, porque foi isso que o Juiz determinou. No entanto, a determinação, e aí eu levo em conta até as palavras do João Clímaco, de que o que interessa a esse Conselho é a maior representatividade possível, é o mais alto nível de representação que esse Conselho possa ter para debater as questões nacionais. Portanto, é natural que não deva existir nenhuma restrição para que as pessoas se apresentem, mas é desejável que a representação seja do mais alto nível, que possa reunir democraticamente o conjunto de segmentos de cada setor. Por isso, nós entendemos, na CTIL, quer dizer, isso é o relato feito pelo Presidente da CTIL, que o art. 4º deveria também abrigar essa disposição judicial, ou seja, de retirar qualquer restrição a presença nacional ou regional, o que não impede que continue sendo possível a representação de setores por associações, por federações, pelo que o setor entender livremente, democraticamente, através daqueles que se apresentarem como habilitados a participar de uma eleição, assim escolherem. Então, não existe nenhuma forma de restrição que nós estamos colocando aqui, o que está sendo colocado aqui é que se exige o que a Lei pede. E, quanto a questão de participação de comitê de bacia como órgão de governo, nesse caso nós temos um Decreto. O Decreto é maior do que uma Resolução de Conselho, portanto é preciso trabalhar uma mudança de Decreto, se assim for o interesse do nosso Conselho. O Conselho pode se manifestar oportunamente sobre essa matéria e nós tentamos trabalhar com o mandato concedido pelo Conselho para que o comitê possa ter uma outra localização, assim como lembrou bem a Conselheira Maria Aparecida que a Firjan já atuou como representação da

Sociedade Civil, porque integra a Sociedade Civil, não vamos negar esse fato, faz parte, é uma associação que obedece às disposições do Código Civil e, portanto, representa também segmento da nossa sociedade. Quanto, então eu falei sobre o processo democrático, falei do que nos motivou a mudar o art. 4º que já vinha sendo operado e nós temos uma eleição, a partir de novembro, temos que mudar a composição de Conselho, fazer novas eleições e precisamos ter um mecanismo para fazer isso. Então, a CTIL, houve por bem, fazer uma proposição que sofreu agora aqui três propostas diferentes de mudanças, o restante da Resolução não foi objeto de nenhuma referência, portanto, eu imagino que estarão todos de acordo com o restante da Resolução. Neste caso, quer dizer, nós precisávamos trabalhar só um acordo em torno do art. 4º dessa Resolução que recebeu um conjunto de propostas; a primeira proposta é, aliás, teve também proposições da Conselheira Ilde que eu acho que, a Conselheira Maria de Lourdes que melhoram bastante, porque leva em consideração o Decreto, cita o Decreto em dois momentos e no outro ele corrige até quando fala em mais de 5 anos. Então, eu acho que são contribuições muito boas e imagino que serão acolhidas no momento devido que formos votar essas propostas. O ponto que tem divergências aqui é o art. 4º. No art. 4º, foram feitas três proposições: a primeira proposição pede que volte a redação original do art.4º como estava anteriormente na Resolução 100, o caput do art. 4º voltaria a ser igual ao que era antes na Resolução 100, com exceção daquela referência, a presença regional ou nacional. Bom, vocês vão deliberar sobre essa matéria, mas me parece que nós viemos vivendo com isso até agora e ninguém tinha feito reclamação sobre isso, portanto tirar a restrição, a presença nacional e regional é democrática, ajuda, facilita e torna muito mais abrangente a participação no nosso processo eleitoral; a segunda modificação é a de um novo parágrafo no art. 4º que trata especificamente das questões ligadas às empresas de saneamento. E aí, o Conselheiro Gustavo, representando o Ministério das Cidades, apresentou dúvidas sobre como encarar a questão da concessão, o que mostra uma certa fragilidade na redação proposta, ela pode ser aperfeiçoada. Do jeito que está, ela suscitaria dúvidas. Diria também que a ABES não representa o setor de usuários, a ABES representa organizações técnicas, científicas, portanto a Sociedade Civil não está aí nesse elenco exemplificado pelo Conselheiro. Por último, o nosso Conselheiro Júlio pediu que fosse colocado um parágrafo para aqueles que não tivessem entidades que representassem, que pudesse ser representado por pessoa jurídica. Ao que a nossa *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* A Patrícia disse que entendia não ser necessário, porque no processo de qualificação para votar todos deveriam se apresentar de forma a serem habilitados ou não, quem não for habilitado não votaria, portanto, não existiria essa situação, ela não se verificaria. Nós temos uma informação de que pode acontecer sim, Patrícia, de que pelo menos um setor lá do turismo reivindica isso *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Depois você vem aqui e nos esclarece, faz favor depois. E, por último, a Ilde pediu a supressão do § 2º e também eu acho que não caberia, porque ele estabelece uma série de situações que conferem representatividade a esse Conselho, diferentemente do entendimento de alguns, eu acho que confere sim representatividade, que todos possam ser ouvidos, está certo? Então, eu entendo que retirar esse parágrafo deixa as coisas, assim um pouco, de um Conselho que pode se tornar tendencioso de um lado para o lado um dia. Não vejo isso como uma

coisa muito boa, mas não gostaria de me envolver, porque eu tenho que ser neutro aqui na discussão. Então, estamos nesse pé. Alguém mais deseja contribuir para a discussão? Patrícia, por favor.

**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Patrícia Boson, FIEMG. O que eu disse não tem nada a ver com o parágrafo que foi acrescentado, é só isso que eu queria dizer. O que eu disse é outra coisa. Em relação ao parágrafo que foi acrescentado, ele é impróprio, por quê? Com a fala da Ilde, poderão, porque as empresas, do jeito que está ali garantido, já estão no Decreto, porque lá já está dizendo que é outorga, então ela é inócua por isso, porque se dá sentido, porque quando você fala, o decreto diz que é o B, aqui está dizendo que pode ser o A aí vem o parágrafo que diz que não sendo A pode ser o B? Não, o Decreto está dizendo que é empresa que tem outorga, está lá no decreto. Aqui está dizendo que poderá ser também associações e entidades que congregam empresas que tenham a outorga. É só isso, não está dizendo que tem que ser. Se o artigo estivesse dizendo assim: "o representante da indústria tem que ser entidade representativa", o parágrafo dele tinha razão, mas o artigo não está dizendo isso, o artigo está dizendo que...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Agora entendi.

**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Além daqueles lá que estão lá no Decreto, garantido por Decreto, poderão ser associações e tudo, por que tem que ter isso? Porque associações e tudo não têm outorga e como o Decreto caracteriza o usuário como aquele que tem a outorga e associação, esse tem e não tem, precisa dessa norma regulamentadora...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok, entendi.

**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG)** - Do Decreto, porque o decreto não perde a validade, só porque tem essa Resolução, isso aqui nós estamos regulamentando o Decreto. O Decreto está dizendo que usuário é quem tem outorga, aqui está dizendo que poderá ser também quem não tem outorga que são as empresas, as instituições, associações e representações. Então é por isso que o § 2º é até perigoso, porque fica parecendo que ele está desmerecendo o que o Decreto está dizendo.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Está esclarecido o seu ponto de vista então. O Conselheiro Sílvia quer fazer o uso da palavra, em seguida o Conselheiro Júlio fala.

**O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (SABESP)** - Silvio Siqueira, Saneamento. Eu queria, então, contribuir com a redação do § 4º para eliminar essa dúvida e fazer a sugestão no seguinte sentido: “representar pelas concessionárias detentoras da concessão de mais de um município”. Eu acho que isso pode esclarecer o significado que se pretendeu dar a redação. “Detentores da concessão de mais de um município”. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Exato. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Independentemente de ser serviço de água ou de esgoto. Ok? Obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Júlio, por favor.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Departamento de Recursos Hídricos)** - Deixa pegar aqui. Não vamos confundir outra vez, que eu falei no início, representante com participante de Assembleia. Participante de Assembleia no caso de usuário, porque tem usuário que tem outorga, eles escolhem os seus representantes, aí no caso, nós estamos falando de representantes e eles podem escolher esses representantes aí, que está aí, que está dito aí. Então, não vamos confundir, deixar bem claro aqui, porque senão cria celeuma à toa. Aí eu fico um pouco preocupado quando um artigo ou alguma coisa que nós acrescentamos para a seguridade, a pessoa, alguém nós retiramos, tenta retirar. Esse art. 2º, ele garante, ele mantém todos, o § 2º mantém todos os benefícios para associações, federações, confederações, instituições e etc. não tem, está dizendo ali: “quando não existir as entidades representativas indicadas no caput”, são esses, quer dizer, vocês estão seguros, não vai ter nada diferente com relação a isso, quer dizer, isso daí está previsto no caput. Agora, caso não exista, pode ser que aconteça, de uma entidade representativa não ter interesse de vir participar do Conselho, não tem, quem obriga entidade representativa de vir participar do Conselho? E usuário fica na mão? O usuário fica sem ter representante, porque a entidade representativa por um motivo político qualquer resolveu não participar mais do Conselho, sai e aquele segmento fica sem entidade. Então, nós estamos complementando e garantindo, no caso de não existência ou de não ter, que seja qualquer pessoa jurídica de ocupação no setor. Eu não vejo detalhe, não vejo problema maior de acrescentar isso daí a não ser, quer dizer, está garantindo tudo que está acima e está fechando um buraco que pode ser deixado, que está sendo deixado em aberto, no caso de haver por um motivo político ou motivo de falta, a associação acabou. Então é isso, eu acho que tem que manter, no meu modo de ver, tem que manter o § 2º.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Só para nós organizarmos aqui, eu tenho inscritos a Teresa Cristina, Conselheira Maria Aparecida, Conselheiro Bonança, e Conselheira Maria de Lourdes, e Conselheiro Gustavo. Quando terminarmos essa rodada, eu gostaria que a nós começássemos a encaminhar a votação, porque nós estamos com uma hora discutindo um artigo. Ou conseguimos votar, ou desistimos. Então, vamos lá. Com a palavra, a Conselheira Teresa Cristina.

**A SR<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (Ministério da Defesa) –**  
Não, Secretário, é que pelo que entendi na sua fala, o senhor talvez tenha possibilitado a possibilidade de encaminhamento para a questão de um estudo.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) -** Futuro, não hoje.

**A SR<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (Ministério da Defesa) –**  
Futuro, lógico, não hoje, mas eu gostaria que ficasse pautada a importância que se isso fosse qual seria o meio de nós colocarmos isso para ser estudado, Ok? Bom, eu não sei se volta para a CTIL ou se a CTIL pode, gostaria que o senhor fizesse esse tipo de encaminhamento para o assunto.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Está bom, está bom.

**A SR<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (Ministério da Defesa) –**  
Agora vou passar a palavra para o Senhor João Clímaco.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Agora note que isso é um Decreto.

**O SR. JOÃO CLÍMACO –** Seria uma moção a quem de direito para alterar o Decreto nesse aspecto. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Segunda moção, porque já tem uma aqui.

**O SR. JOÃO CLÍMACO –** Vai outra, não tem problema não, nós vamos levando. Olha Secretário, eu queria deixar marcado aqui um princípio fundamental, em hipótese nenhuma, eu estou sendo contra a qualquer tipo de expressão política que se estabeleça para estar no Conselho, inclusive, de federação e confederação. A própria nossa entidade, por vezes, ela se apresenta como uma federação que se chama Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia significa que nós temos, associado a nós, mais de 70 entidades que fazem parte de Comitê de Bacia. Então, em tese, seríamos uma federação. Então, nós não temos nada contra a representação, nem confederação que seja a época de Getúlio, modelo atual, não. O que eu queria que o seu encaminhamento permitisse é que, tanto essas entidades, mas tal como acontece hoje, eu tenho uma empresa e me articulo no meu ambiente empresarial e tem uma proposta e encaminho isso dentro dos polos políticos. Eu não posso estar ali no art. 2º, no § 2º diz “quando não existir entidades, as entidades representativas”, eu não sei sabe, também é dubio, porque, se eu

estou se eu sou um metalúrgico, mas eu não concordo com encaminhamento da minha federação, eu tenho uma empresa de metalurgia e não concordo, de mineração e não concordo com o encaminhamento da minha federação, mas se ela existe não posso candidatar no ambiente político onde eu posso concorrer com minhas ideias. Então, o que eu estou querendo que o Secretário garanta no encaminhamento é que tanto o que o setor, que aqui está representando as indústrias e tudo mais, e CNA pleiteando com todo o seu direito, não estou desconhecendo esse direito, mas que não seja cativo, que não seja uma coisa que isole e que não permita que qualquer outra organização que tenha outorga possa se habilitar e participar, qualquer empresa ou estrutura que assim o faça. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Ok, não está claro.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok. Obrigado Conselheiro. Seguinte, Conselheira Maria Aparecida.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Setor de Hidroeletricidade)** – Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas representando Setor de Hidroeletricidade. Júlio, eu fiquei preocupada com uma questão posta ali na sua proposta de redação quando diz “qualquer pessoa jurídica com atuação no setor”, o Decreto já diz que é pessoa jurídica detentora de outorga, quando você coloca qualquer pessoa jurídica.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Espera aí, espera aí. Se você está falando fora do microfone, não vai ficar gravado e nós não vamos ter a transcrição.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Setor de Hidroeletricidade)** – Olha, eu não consigo entender essa diferença. Eu acho que participam aqui as pessoas que participam do processo de escolha e de eleição, até então sempre foi. Quem é indicado é pessoa física diferenciada, a pessoa jurídica não. Até onde eu sei o que pode ser trocada é pessoa física, pode ser indicada uma pessoa física para aquela entidade que foi eleita, mas a entidade que é eleita é aquela entidade que está lá participando do processo de eleição. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Eu não consigo entender, eu venho, participo de um processo eleitoral, me habilito, cumpro todas as regras e aí indico outro que não poderia se habilitar? Não consigo entender isso, como vou indicar um que ele não passaria em uma habilitação?

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheira Maria Aparecida. Conselheiro Bonança.

**O SR. WILSON AGOSTINHO BONANÇA (CNA)** – Wilson Bonança, Irrigantes, CNA. Parece que nós estamos tendo um problema aqui com o vernáculo, ou seja, nós não estamos entendendo o português. Está muito claro na proposta que nós fizemos para o caput é de que poderão, poderão é uma possibilidade, abre uma faculdade, não é restrição, não é uma imposição, nós não estamos fechando, nós estamos abrindo. Então, toda essa discurseira baseada em democracia aqui, para mim, não tem fundamento nenhum para quem não entendeu o português está muito claro o que nós queremos dizer aí. E aí, no entendimento que nós expressamos no caput do artigo e, com o acréscimo do Conselheiro Júlio, em que pese a sua tentativa de contribuição é absolutamente inócua, porque ela não acrescenta nada ao que já está no caput, e sem dizer que abrir essa possibilidade para qualquer pessoa jurídica desqualifica até a intenção da proposta. Então, eu, de novo, reitero, o “poderão” é uma possibilidade, é uma abertura em bom português, nós não estamos fechando para ninguém aqui, estamos citando inclusive exemplificadamente as entidades representativas, não há equívoco e não há nada sobre reptício nessa proposta. E, portanto, não vejo razão para que seja mantido o artigo, perdão, o § 2º.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Perfeito. Muito obrigado, Conselheiro Bonança. Conselheira Maria de Lourdes.

**A SRª. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibram)** – Maria de Lourdes, Ibram. Eu gostaria de destacar aqui esse caráter inócua que a Patrícia citou e que o Conselheiro Wilson Bonança citou. Lendo o § 2º, “quando não existir as entidades representativas indicadas no caput serão habilitadas como representantes dos usuários qualquer pessoa jurídica”, e quando existiram também, porque lá não disse que não pode, lá está dizendo que poderá ser, mas ninguém falou que quando não existir ou quando existir é por isso que é inócua.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok. Obrigado. Conselheiro Gustavo.

**O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA (Ministério das Cidades)** – Gustavo Frayha, Ministério das Cidades, Secretaria de Saneamento. Eu ainda confesso que eu estou muito inseguro com essa redação do § 4º, do art. 4º. O saneamento, o Ministério das Cidades tem procurado ter uma linha de atuação de equilíbrio com maior respeito às três instituições que representam as concessionárias a ABCON, a Aesbe e a Sema. Está me parecendo, da maneira como está redigido o § 4º, eu tenho até a impressão que a intenção não foi essa, mas isso vai excluir da possibilidade de representação. Todos os municípios compõem a Sema que normalmente tem a concessão em um município, então eu acho que a nós precisamos tomar muito cuidado com esse § 4º, eu penso, por uma questão de cautela, nós deveríamos respeitar a



redação original da CTIL ou, se isso não for possível, eu insisto, eu acho que precisamos ter uma negociação com relação a essa redação, talvez se houver essa possibilidade, tentar raciocinar em termos de quantidade de habitantes atendidos se o objetivo for não ter pequenas concessionárias ou pequenos prestadores de serviços, mas de todo modo, eu gostaria de deixar esse alerta, eu acho que isso vai dar uma briga imensa.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – O Conselheiro Gustavo gostaria de propor uma redação alternativa?

**O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA (Ministério das Cidades)** – A minha primeira proposta é de eliminar, se não for possível a eliminação, então são duas propostas que estou trabalhando: seria colocar representado por concessionárias, por concessionárias do setor, está certo? Porque aí você, por exemplo, dá um exemplo claro. Campinas tem uma concessionária que é modelo, que é a Sanasa, é uma grande cidade, é praticamente uma meia capital hoje no interior de São Paulo, não vejo razão para que se, pela vertente oposta, alguma concessionária estadual pequena que tenha, abranja aí, sei lá, poucos municípios estariam podendo e uma concessionária como o caso da Sanasa ou da concessionária de Guarulhos ou várias outras que eu poderia citar, estariam excluídas. Então, eu pararia ali “poderá se fazer representar por concessionária detentora, por concessionárias do setor”. Eu acho que isso atende a questão de ter que ter outorga e não gera um problema maior que eu tenho certeza que não é a intenção dessa redação. Obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Ok. Conselheiro Wilson Cabral.

**O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JUNIOR (ITA)** - Wilson Cabral, representante das organizações de ensinos e pesquisa. Esse assunto é caro ao CNRH desde a sua criação. O que acho complicado é que houve uma reação do Conselho a uma instância judicial, quer dizer, nós poderíamos ter discutido isso com muito mais proeminência internamente ao Conselho, antes que viesse uma determinação judicial e, quando o fizemos, o fizemos mal. O que está sendo demonstrado aqui é que têm coisas a mudar e que nós precisamos talvez, após essa reunião, com que resultado nós saíamos aqui, nós voltemos a Resolução 100 e continuamos a debatê-la, a discuti-la para resolver essas questões de representatividade que, na minha opinião, com nenhuma dessas considerações estará resolvida. Então, proponho, desde já, que esse assunto volte, nós temos aí um processo eletivo em breve que, quer dizer, nós precisamos resolver isso para breve, mas que esse assunto volte à pauta que nós continuemos tentando organizar melhor essa questão de participação. Eu vou dar um exemplo, por mais que se considere que é mais interessante termos representações mais universais, quer dizer, por exemplo, o caso da indústria, uma FIESP do que uma indústria isolada, há casos em que indústrias ou outro, quaisquer outros segmentos não veem representatividade

nas suas organizações de classe e essas aí não estarão representadas? Então, eu acho que esse conflito tem que ser trazido ao Conselho e nós devemos continuar discutindo isso para chegarmos a um ponto mais interessante em termos de representatividade.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** - Conselheiro Júlio, você pediu a palavra. Você queria responder a Maria Aparecida.

**O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (Departamento de Recursos Hídricos)** – Não, vou responder rápido, quer dizer, não quero ser repetitivo porque é simples, não vamos confundir representatividade com participante de Assembleia, participante da Assembleia é quem precisa, no caso de usuário, é quem precisa ter outorga, escolha quem eles queiram, no caso aqui, estamos definindo que têm que ser entre eles e poderão ser entre essas que estão sendo definidos. CNI não tem outorga, a não ser que tenha um poço no fundo da sede da CNI que tem outorga para a CNI, quer dizer, a CNI nunca teve outorga, nem FIESP, nem nada nunca tiveram outorga. Então, não adianta querer confundir representatividade com pessoas que participam. Tem outros capítulos aí que tratam dos usuários têm que ter outorga, tem que ter isso, tem que apresentar documentação e, aí sim, esses participam das Assembleias e elegem quem eles queiram eleger. Aqui está sendo defendido o tipo de entidade que eles podem eleger, que não necessita ter outorga e não necessita estar presente, pode estar presente, pode vir a CNI lá com, representando dez mil usuários, então tem o poder de chegar lá e falar “eu represento dez mil usuários”, vem a FIESP e fala “eu represento 1.000” e na hora de votar, a CNI tem dez mil usuários e vota, quer dizer, estão representando os usuários que veem, eu acho que só, eu não quero mais entrar nesse detalhe que está repetitivo.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheiro Júlio. Agora, o Conselheiro Sílvio pediu a palavra e com isso eu vou passar para encaminhamento de votação aqui.

**O SR. SILVIO RENATO SIQUEIRA (SABESP)** – Sílvio Siqueira, Saneamento. Com relação novamente ao art. 4º e § 4º, a questão que se coloca é o seguinte: entendemos que os municípios que tenham suas concessionárias ou que fazem as suas concessões para uma operadora de saneamento têm a oportunidade sim de estarem representados por intermédio da Semae e isso assegura uma representatividade no sentido de dar a visão de conjunto, a visão do todo, a visão de segmento. Sendo este Conselho de nível nacional, entendemos que o setor de saneamento precisa estar representado de maneira a assegurar a representatividade do segmento de saneamento em nível nacional, claro que não existe uma única operadora de saneamento em nível nacional, por isso que se abre para as associações de representação, para as entidades. No caso das empresas estaduais, naturalmente representam já uma área de abrangência bastante grande e com realidades, desde os pequenos

municípios até eventualmente a capital ou grandes municípios, grandes regiões metropolitanas, isso assegura também uma visão do todo, a visão sistêmica do conjunto do segmento de saneamento. Sem demérito nenhum aos municípios individuais entendemos que para a representação em nível de Conselho Nacional isso deva ser colocado por intermédio de uma prestadora de serviços que tenham a representatividade mais abrangente com uma visão sistêmica enquanto segmento de saneamento, portanto defendemos a manutenção do art. 2º, aliás, do art. 4º, § 4º mantendo a especificidade da concessão de mais de um município denotando, com isso, o aspecto de visão do conjunto, de visão sistêmica do segmento de saneamento como um todo.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheiro Sílvio. Bom, essa nova rodada permitiu que nós chegássemos a algum avanço. O art. 4º parece que estamos todos de acordo com a sua redação, a diferença agora está naqueles dois parágrafos que foram propostos para inserção e existe o parágrafo que é defendido pelas empresas de saneamento e que o Ministério das Cidades manifesta a sua preocupação com relação à representatividade, ao entendimento de que a rotatividade deste Conselho é importante também, que a oportunidade seja dada a todos e que o processo de democrático em cada setor, quer dizer, conquista-se o voto dentro do seu setor e vem para cá, essa que é a ideia que está por traz disso. Existem duas ou três propostas e eu acho que valeria a pena nós fazermos uma suspensão dos trabalhos por quinze minutos na busca de uma redação para esse parágrafo que trata a questão de saneamento. Se não chegarmos a nenhum acordo, vamos para o voto e vamos resolver se acatamos ou não acatamos a proposta que está aqui, estamos de acordo? Dez minutos de suspensão da sessão para tomar um café. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Perdão, desculpe, espera um instantinho, eu queria ouvir. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Está bem podemos fazer essa aprovação e, depois, fazemos a pausa para discutir esse item que está em aberto, é isso? Ok, podemos fazer. Marília, você queria falar. Conselheira Marília vai usar a palavra.

**A SRª. MARILIA CARVALHO DE MELO** – Boa tarde a todos. Eu estava esperando acabar a discussão só esclarecer a fala do João Clímaco sobre a credibilidade do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas, eu acho que é bom que essas coisas fiquem bem esclarecidas. Bem, nós tivemos uma dificuldade de representação dos municípios, então apenas 4 vagas de representantes municipais não foram, não apresentaram representantes. Nós avaliamos isso em função do processo eleitoral talvez se nós tivéssemos deixado para Novembro, não teríamos esse problema, fora isso, as outras representações foram, estão todas, nós estamos em período ainda de recurso, mas estão todas já com interessados, inclusive, vários e, infelizmente, Clímaco, a sua instituição que tem uma atuação bastante importante também no nosso Conselho Estadual não conseguiu se habilitar por falta de documentação, mas a questão foi em 4 representações de município, eu acho que é bom nós esclarecermos isso. Obrigada.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Obrigado, Conselheira. Agora eu queria fazer, caminhar um pouquinho e depois, João Clímaco, você fala no final, ok. Eu só queria, então, encaminhar uma votação nos seguintes termos: estamos todos de acordo com o texto da Resolução a menos do art. 4º e dos parágrafos que foram inseridos no art. 4º. Então, eu gostaria de votar a aprovação da Resolução sem o art. 4º. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Sim, espera aí. Vou votar o texto base, aprovamos ou recusamos; depois os comentários que a Ilde fez, tanto nos considerandos, como lá no artigo que ela fala lá do “mais de cinco anos”; depois votamos o caput do art. 4º que também temos consenso sobre ele e, por último, fazemos uma pauta para discutir os dois parágrafos que têm propostas diferentes de inserção, ok? Aí fazemos uma negociação de 10 minutos aqui vemos o que sai e votamos. Estamos de acordo?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Não, aí eu acho que tem que discutir os parágrafos, se insere ou não depende do teor deles, está certo? Porque pode não inserir também. Então eu vou começar o processo de votação, portanto. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Vamos colocar em votação o texto base sem as propostas da Ilde ainda que vão para destaque, depois nós vamos votar as propostas que a Conselheira Maria de Lourdes fez de inserções, depois vamos votar o art. 4º e paramos, ok? Então vou colocar em votação o texto base da Resolução apresentada aqui e discutida, quem estiver a favor que levante os seus crachás. Eu peço que seja contado os votos. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Por favor, mantenham a mãozinha em pé até eu pedir para baixar. Temos 41 votos a favor. Agora aqueles que são contrários a Resolução, o texto base da Resolução, levante o crachá, por favor, Nenhum voto contra. Abstenções? Nenhuma abstenção. Tivemos 41 votos a favor. Bom, então, está aprovado. Agora eu vou pedir que a Conselheira Maria de Lourdes volte aqui para dizer quais são as suas propostas e nós vamos votar uma a uma. Por favor.

**A SRª. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibiam)** - Inserir nos considerandos, considerando o Decreto 463.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok. Ela está propondo a inserção nos considerandos de que seja considerado o Decreto...

**A SRª. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibiam)** - 463 de 2003.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok. Quem estiver a favor, levante o crachá. Contagem.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibram)** - Da forma como está. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok. É o Decreto. Depois dar-se a redação, o espírito é esse. 41 também. Então, quem é contrário, por favor, levante o crachá. Ninguém. Quem se abstém? Ninguém também. Então, está aprovada a inserção. A outra inserção.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibram)** - No art. 6º.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – No art. 6º.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (Ibram)** - Parágrafo único “com mais de cinco anos”.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok. Quem está a favor dessa inserção “com mais de cinco anos”, por favor, levante o crachá. Eu acho que vai dar 41, vamos ver. 40. Então, vai aparecer um voto contra. Quem está contrário? Ninguém. Quem se abstém? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Então, faltou contar a Maria de Lourdes. 41, pronto. Ok. Fechou. Agora vamos votar a inserção, quer dizer, a nova redação do art. 4º que passa a ter a mesma redação que tinha antes da Resolução 100 retirada a expressão que se referia a regional e nacional. Quem está de acordo com essa nova redação, levante o crachá? Ilde o crachá, Júlio. Vocês estão a favor ou contra? 38. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Está bom. Quem é contrário à redação modificada do art. 4º? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém. Ah, tem uma, duas abstenções. Faltou um que nem é contra e nem é a favor e nem se abstém, está bom. Então, eu declaro a nossa sessão suspensa por 10 minutos para que nós possamos formatar uma redação para os dois parágrafos que entrariam no art. 4º.

*(Intervalo)*

**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Senhoras e senhores, por favor, vamos reiniciar a nossa reunião. Por gentileza. Tomem os seus lugares e apertem o cinto.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Calma. Só faltam duas coisinhas. É jogo rápido. Já estamos todos de volta. Todos já tomaram café. Bom, durante esse tempo, nós estivemos aqui conversando com os colegas do Ministério das Cidades, das concessionárias de serviços de água e esgoto e conseguimos chegar a um entendimento que vamos submeter ao Plenário na forma, já, de votação. Portanto, nós vamos votar os dois parágrafos que ficaram em suspenso e, para poder conduzir isso, eu vou ali para frente para poder ler. Nós tínhamos dois parágrafos que estavam em suspenso. O primeiro era o § 2º, que tínhamos uma redação anterior e que consensuamos aqui que a redação passaria a ser § 2º: Quando não existirem às entidades representativas indicadas no caput será habilitada como representantes dos usuários qualquer pessoa jurídica com atuação no setor... Isso sai, essa parte “qualquer pessoa jurídica com atuação no setor” sai e fica em lugar dela “pessoa jurídica conforme estabelecido no Decreto” aquele lá nos considerandos. Então, eu vou colocar em votação essa redação alternativa. Os que estiverem de acordo com a redação alternativa... Por favor, risca aqui, para não deixar margens de dúvida. Sai o riscado e entra o amarelo. Pronto. Então, quem estiver de acordo com a essa nova redação, por favor, levante o crachá. Quem é o contador? Ah, está lá. Mais alto. Trinta votos a favor. Quem não está de aco.... Bom. Nós estávamos em votação. Está chegando? Não. Eu vou pedir que nós façamos de novo o processo de votação, porque chegaram mais 4 pessoas aqui. Então! Nós estamos discutindo o § 2º com essa nova redação que está aqui. Quem estiver a favor dessa redação, por favor, levante o crachá. Então, nós temos 34 votos a favor. 35 votos a favor. Quem estiver você contra essa redação. Valter! Valter, acabou a votação. Agora, quem estiver contra, levante o crachá. Ninguém está contra. Quem se abstém levante o crachá. Uma, duas abstenções. Pronto. Provavelmente, durante o intervalo alguns foram para o intervalo e não voltaram. Agora, vamos para o parágrafo. Então, esse § 2º passa a terceiro e aqui, então... Desce mais. Aqui. Aqui ficou o seguinte consenso, “o setor de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário poderá se fazer representar por concessionárias detentoras de concessão vigente”. Ok? E sai a referência ademais de um município. Quem estiver de acordo com essa redação nova, por favor, levante o crachá. Trinta e quatro votos a favor. Quem está contra essa redação, por favor, levante o crachá. Ninguém. Quem se abstém, por favor, levante o crachá? Trinta e cinco votos. O Júlio está votando meia bomba, está cansando de levantar o braço. Então, ninguém contra. Ok. Então, eu declaro aprovada a Resolução que substitui a Resolução 100 com essas emendas que nós fizemos aqui em Plenário. Eu gostaria só de destacar que o comentário feito pelo nosso Conselheiro Wilson Cabral é um comentário oportuno, relevante e que deve merecer nossa reflexão e acho que nós precisamos fazer um trabalho de longo prazo para assegurar a esse Conselho cada vez mais a garantia de uma representação de qualidade, democrática e abrangente de toda a nossa sociedade. Passamos agora ao item quatro da nossa pauta, que é uma apresentação sobre o Decreto 8.243 de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social e o fórum inter-conselhos, a ser feito por representantes da Presidência da República. Por favor. Fique à vontade.

**A SR<sup>a</sup>. LÍGIA (Secretaria Geral da Presidência da República)** - Boa tarde a todos. Democracia dá um trabalho, não é gente? Eu estava... Eu... Raramente eu participo de atividades de Conselhos. Deixa eu me apresentar. Meu nome é Lígia. Eu sou mineira, graças a Deus. Eu sou... Eu estou na Secretaria Geral da Presidência da República. Tenho, como uma das minhas principais atribuições, essa proposta aí, que nós trabalhamos nela há muitos anos, da Política Nacional de Participação Social. Eu não vou fazer nenhuma apresentação. O que eu quero mais é fazer um diálogo aqui com vocês de algumas competências do que nós estamos propondo nesse Decreto da política de participação social. Eu trabalho na Secretaria Geral da Presidência da República, que vocês conhecem. A Secretaria Geral é a interlocutora oficial do Governo Federal com as organizações da sociedade. E quando nós começamos em... Alguém aqui tem conhecimento do Decreto 8.243? Alguém chegou a ler a parte que trata especificamente, Capítulo 10, dos conselhos e das comissões, das conferências, todas as instâncias e mecanismos. Bem, eu só vou fazer para vocês um breve relato de como nós chegamos nessa proposta de Decreto. É uma proposta que não é nova. Desde 2007, nós vimos discutindo uma proposta de um Sistema Nacional da Participação Social, só que no Governo do Presidente Lula foi se trabalhar o que se chamou de consolidação das leis sociais e esse estudo das leis sociais acabou apontando para uma proposta de um Sistema Nacional de Participação Social, que seria um Projeto de Lei que seria encaminhado ao Congresso Nacional para esse Sistema. Mas o presidente Lula preferiu que quem fosse sucedê-lo no Governo decidisse de que forma iria ser encaminhado esse tema e no início do Governo, o Governo da presidenta Dilma, o governo foi dividido em 4 eixos e nós começamos a trabalhar o tema da participação social no eixo de direitos e cidadania. Fizemos uma sala de situação com vários órgãos de Governo e começamos a chamar setores da sociedade para discutir esse tema conosco. Nesse processo de discussão desse tema, nós chegamos à conclusão que um sistema não poderia prescindir de uma política. E nós começamos a trabalhar quais seriam as dimensões dessa política e desse sistema de participação social. Uma das dimensões dessa política e desse sistema seria voltada para dentro do Governo Federal. Nós precisaríamos trabalhar o Estado Brasileiro, o Estado Federal para participação social. E uma outra dimensão seria na relação federativa da participação social. E a outra dimensão, a terceira dimensão, seria na relação desse Estado com a sociedade. No decorrer dos debates que nós fizemos no Brasil inteiro, com vários órgãos, com várias reuniões bilaterais, que nós fizemos com os órgãos de Governo, com setores da sociedade com diversos conselhos, nós mandamos carta para todos os conselhos falando que nós estávamos aberto a fazer esse debate, para construir essa proposta de Política Nacional de Participação Social. Os Conselhos que nos responderam, nós fomos até eles e fizemos o debate, e trouxe de volta as contribuições daquele Conselho. Porque nós decidimos fazer uma política de participação social por um Decreto? Porque um Decreto é um instrumento que nós temos, vocês conhecem bem, é um instrumento que arruma a casa, é um instrumento que o Governo Federal dispõe para poder articular as suas políticas e de que forma vai trabalhar com aquele tema no âmbito do Governo Federal. O nosso Decreto da Política Nacional de Participação Social, que instituiu também o Sistema Nacional de Participação Social, é um Decreto que foi lançado pela Presidenta Dilma no dia 23 de maio

em deste ano, infelizmente não era a data que nós gostaríamos que esse Decreto tivesse sido lançado, que foi lançado em um período pré-período eleitoral e contamina um pouco os debates, os ânimos ficam um pouco acirrados e nós começamos a receber e a perceber que a participação social estava como um tema, o que o Ministro Gilberto Carvalho chamou de bendita polêmica. Nesse processo, logo depois, quando nós estávamos começando a trabalhar a implementação da política... O que trata esse Decreto da Política Nacional de Participação Social? Em âmbito geral, ele direciona, ele trata diretrizes mínimas de funcionamento para cada uma das instâncias, quais são as diretrizes mínimas para os Conselhos, quais são as diretrizes mínimas para as conferências, para os fóruns inter-conselhos, para as ouvidorias, que é um importante instrumento de participação e controle social, para as mesas de diálogo e negociação, que nós percebemos que são muito efetivas para produção de resultados, para as consultas, para as audiências públicas. Vocês sabem que as audiências públicas e as consultas são instrumentos que são os mais utilizados nos nossos órgãos públicos que são da área da infraestrutura, são os que mais usam. Então, afeta muito o que vocês vêm trabalhando aqui nesse Conselho. E baseado em muita pesquisa, nós lançamos esse Decreto. Muito pesquisa, teve Consulta Pública esse Decreto também. O Decreto, eu falo que ele não é o Decreto dos sonhos da sociedade brasileira, mas só fato dele existir já é um grande avanço, porque ele disciplina minimamente cada uma das instâncias ou dos mecanismos de participação social. O que o Decreto faz? Ele organiza essas instâncias de participação social, estimula os órgãos e as entidades da Administração Pública federal direta e indireta a consultarem as instâncias e os mecanismos de participação social no âmbito daquele órgão, para poder, no momento de elaboração de determinada política pública... Se tem uma instância no Ministério "X", ela precisa ser consultada. Não é obrigatório. O Decreto, ele obriga de certa forma, mas ele não obriga que vá lá e pegue o Conselho, o Conselho venha aqui para poder deliberar sobre determinada política pública. Mas em relação ao Decreto, eu quero mostrar para vocês ponto por ponto aqui onde afeta os Conselhos, principalmente em relação aos Conselhos, porque eu vi que muito do que vocês estavam discutindo aqui tem a ver com o que está proposto no Decreto da Política de Participação Social. Mas o que o Decreto não faz? Ele não atinge os Conselhos que já existem na forma como eles existem. Os Conselhos, para serem atingidos pelo Decreto, eles têm que passar por uma reformulação e eu sei que tem uma proposta de reformulação que está parada. É na Casa Civil que está parada? Do Conselho aqui, de Recurso Hídricos, que é de 2005. De 2005. Uma proposta de reformulação do Conselho, que está parada em algum lugar. E aí, gente, o que mais o que Decreto faz? O Art. 5º do Decreto estabelece que todo órgão da Administração Pública Federal direta e indireta tem que considerar a instância ou mecanismo de participação social nas etapas de elaboração de uma política pública. Ele também estabelece que essa instância e que esse órgão da administração pública, ele preste contas para a Sociedade Civil, para o Brasil como um todo, que ele preste contas de como está sendo implementada essa política, de que forma as instâncias e os mecanismos estão sendo ouvidos, estão sendo consultados e estão sendo parceiros na construção e em todas as etapas de elaboração de uma política pública. E aí nós tivemos no âmbito do Brasil como um todo, no Congresso Nacional, começou-se a falar que Decreto feria os poderes do nosso Poder



Legislativo. Isso não existe. O Decreto não cria nenhum conselho novo, não cria nenhum conselho popular, o Decreto não fere as prerrogativas do Poder Legislativo. Ele simplesmente é voltado para dentro da Administração Pública Federal como que cada órgão da Administração Pública vai tratar as questões relacionadas à participação social, é para isso que o Decreto existe. E exatamente no que diz respeito aos Conselhos, lá no seu Art. 2º. Eu vou ler para vocês. No Art. 2º. Para fins desse Decreto considera: primeiro, sociedade civil, é o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e todas as formas de organização da sociedade civil. Em relação aos Conselhos de políticas públicas. O que são os Conselhos na definição do Decreto? É uma instância colegiada temática permanente, instituída por Ato Normativo, uma instância de diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo para promover a participação no processo decisório e na gestão das políticas públicas. O que cabe a cada Conselho naquelas diretrizes mínimas que eu falei aqui para vocês, por exemplo, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos? Quando for reformulado, o Conselho passa a seguir as seguintes diretrizes do Decreto: Art. 10, que é especificamente relacionado aos Conselhos, ressalvado o disposto em lei na constituição de novos Conselhos de políticas públicas e na reorganização dos Conselhos já instituídos e já constituídos devem ser observadas no mínimo as seguintes diretrizes: Um, presença de representantes eleitos ou indicados pela sociedade civil, preferencialmente de forma paritária em relação aos representantes governamentais, quando a natureza da representação recomendar. Dois, definição com consulta prévia à sociedade civil de suas atribuições competências e naturezas. Esse Conselho já é um Conselho deliberativo. Nós pretendemos caminhar para que todos os Conselhos sejam também deliberativos. Três, garantia da diversidade entre os representantes da sociedade. Quatro, estabelecimento de critérios transparentes de escolha de seus membros. Cinco, rotatividade dos representantes da Sociedade Civil. Seis, compromisso com o acompanhamento dos processos conferenciais relativos ao tema de sua competência. Nós estamos criando, instituindo o Sistema Nacional de Participação Social e, se nós estabelecemos que o Conselho tem o compromisso com o que foi deliberado numa conferência, o Conselho tem o compromisso com a implementação daquelas deliberações dentro do órgão. Então, ele é o órgão, a instância garantidora do que foi decidido numa conferência, do que aquilo que foi decidido seja implementado. Publicidade de seus atos. A participa... Aí tem o § 1º A participação dos membros é considerada a prestação de serviço público relevante não remunerada. § 2º A publicação das resoluções de caráter normativo dos conselhos de natureza deliberativa vincula-se à análise de legalidade do ato pelo órgão jurídico competente de acordo com a Lei Complementar Número 73 de fevereiro de 93. O § 3º, esse aqui foi bem polêmico na nossa consulta, a rotatividade das entidades e de seus representantes nos conselhos de políticas públicas deve ser assegurada mediante a recondução limitada a lapso temporal na forma dos regimentos internos do conselho, mas sendo vedadas três reconduções consecutivas. Nós precisamos ventilar também os Conselhos. Eu ouvi aqui alguém falando que parece que algumas pessoas têm cargos permanentes nos conselhos. Nós precisam qualificar as representações. É objetivo nosso, uma das diretrizes da nossa política o que nós chamamos de educação para a cidadania ativa, que nós pretendemos qualificar a participação

1594 tanto da sociedade, trabalhar a capacitação e formação para essa participação  
1595 qualificada quanto dos gestores públicos. Nós precisamos melhorar a  
1596 qualidade da representação inclusive do gestor público nos Conselhos, que são  
1597 os conselhos de políticas públicas no âmbito do Governo Federal. E isso é um  
1598 compromisso nosso. Na semana passada, nós tivemos reunidos numa oficina  
1599 com uma equipe da Universidade Federal da Bahia, que está se propondo a  
1600 desenhar conosco um curso de formação e capacitação de gestor para a  
1601 participação social. Se nós vamos instituir uma Política Nacional da  
1602 Participação Social, se nós vamos apresentar para a sociedade um relatório  
1603 anual de como essa política tem que ser implementada, como a sociedade  
1604 precisa ser parceira do Governo Federal na elaboração, na implementação, na  
1605 avaliação das políticas públicas, nós precisamos qualificar cada vez mais essa  
1606 participação. E nós precisamos qualificar cada vez mais as nossas instâncias e  
1607 os nossos mecanismos participativos. Como eu falei, esse Decreto, nós  
1608 estabelecemos as diretrizes mínimas. Se dependesse, eu posso até  
1609 disponibilizar para vocês caso alguém queira conhecer as contribuições que a  
1610 sociedade deu no processo de Consulta Pública desse Decreto, eu posso  
1611 passar para vocês, vocês podem disponibilizar, é tudo aberto. Nós temos  
1612 várias instâncias, várias formas de trabalhar cada vez mais esses mecanismos  
1613 de participação. O sistema já nasce com quatro... o Sistema Nacional de  
1614 Participação Social já nasce com quatro instâncias de participação que fazem  
1615 parte dele, já fazem parte os Conselhos e as comissões de políticas públicas,  
1616 as conferências e as ouvidorias. Nós já temos uma proposta. O que é esse  
1617 Sistema Nacional de Participação Social? É um sistema que vai sobrepor, por  
1618 exemplo, aos sistemas nacionais e setoriais de políticas públicas existentes?  
1619 De maneira alguma. É um sistema que pretende simplesmente integrar de  
1620 forma articulada todas as instâncias e os mecanismos de participação social  
1621 que existem. Nós temos, às vezes, um Ministério que tem seis conselhos e os  
1622 conselhos, às vezes, não dialogam entre eles. Nós temos conferências, o  
1623 Ministério que chama diversas conferências que não dialogam entre elas. E, às  
1624 vezes, você tem a ouvidoria, o conselho e a conferência que não dialogam  
1625 sobre o mesmo tema, sobre aquela política pública que é tratada dentro do  
1626 Ministério. Então, nessa proposta nossa de instituição desse sistema, nós  
1627 queremos que essas instâncias trabalhem de forma integrada. Quais são os  
1628 outros Conselhos que podem trabalhar de forma integrada aqui com o  
1629 Conselho Nacional de Recursos Hídricos? O Conselho de Meio Ambiente, que  
1630 está aqui dentro do mesmo Ministério. E aí nós precisamos pensar forma de  
1631 articular. Aí, como que nós estamos pensando em instituir essa Política  
1632 Nacional da Participação Social? Nós vamos ter um Comitê Gestor dessa  
1633 política, que vai ter uma representação de Governo, preferencialmente os  
1634 órgãos de Governo que tenham mais participação social, que tenham mais  
1635 conhecimento e mais experiências em participação social, alguns órgãos  
1636 estratégicos, como o Ministério do Planejamento, Controladoria Geral da União  
1637 e vai ser um Conselho também paritário. Conselho não. Um Comitê paritário. A  
1638 mesma representação de Governo vai ser a representação da sociedade. O  
1639 nosso desafio é fazer com que as representações... como representar a  
1640 diversidade da sociedade brasileira dentro desse Comitê governamental. Cada  
1641 órgão de Governo, nós estamos orientando para formar um pequeno Comitê,  
1642 um pequeno Grupo de Trabalho dentro, preferencialmente quem trabalha com  
1643 as conferências, quem trabalha com os Conselhos, quem trabalha com as

1644 ouvidorias, com as comissões ou se tem mesa de diálogo, ou seja, as  
1645 instâncias de participação previstas aqui no Decreto, descritas aqui no Decreto,  
1646 que faça-se um minigrupo dentro do Ministério, para que esse grupo cuide da  
1647 implementação das diretrizes e dos objetivos da política. O que nós queremos  
1648 com essa proposta, gente, é que a participação social possa ser um método de  
1649 Governo e uma política de Estado, que os órgãos e as instâncias de  
1650 participação e representação da sociedade possam sempre estar sendo  
1651 considerados independente do partido que tiver no Governo. Isso é um direito,  
1652 é um direito que está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos,  
1653 que fala lá que todo cidadão tem o direito de participar das decisões públicas  
1654 do seu País. Está previsto no Art. 1º da nossa Constituição Federal, todo poder  
1655 emana do povo e por ele será exercido através de seus representantes ou de  
1656 forma direta. Está previsto na Conferência de Viena, na Carta Ibero-Americana  
1657 de Participação Cidadã e em vários outros mecanismos e registros legais da  
1658 participação social. Eu vi aqui vocês discutindo muito a questão da  
1659 representatividade, a questão da representação, a questão da participação.  
1660 Isso é uma questão que é muito forte para nós que discutimos essa proposta  
1661 de política há tanto tempo, essa proposta de democratização do espaço  
1662 público. Nós sempre trabalhamos com o conceito de que a democracia  
1663 representativa não pode estar dissociada da democracia participativa, elas têm  
1664 que andar juntas, porque você tem os mecanismos representativos que eles  
1665 têm os seus espaços democráticos de representação, eles têm que ser  
1666 respeitados, têm que ser melhorados. Todos os nossos espaços e processos  
1667 democráticos precisam ser melhorados. Mas você não pode prescindir da  
1668 parceria com aquele que é o público alvo daquela política pública que você  
1669 está trabalhando em determinada instância ou mecanismo. Quem é a pessoa  
1670 que conhece mais das suas necessidades do que aquela pessoa que está na  
1671 ponta? Um desafio nosso, grande, é como trabalhar isso do ponto de vista de  
1672 onde a vida acontece, que é o município. E, para isso, nós construímos junto  
1673 com estados e municípios, e com as entidades municipalistas, e as entidades  
1674 de gestão estadual, nós construímos o que nós chamamos de compromisso  
1675 nacional pela participação social. O que é isso? É aquela parte, aquela  
1676 dimensão federativa que eu falei para vocês no início. Cada entidade, cada  
1677 município ou cada governo de Estado que quiser ampliar o seu diálogo e a sua  
1678 forma do governar com a sociedade e não para a sociedade nos procura,  
1679 assina esse termo de adesão ao compromisso de forma voluntária e ele se  
1680 compromete a fazer um plano de ação para ampliar a participação social para  
1681 um período de cinco anos. E nós damos total assistência para eles. Para isso,  
1682 teremos a primeira oficina com esses Estados e municípios agora em  
1683 novembro. E aos poucos nós vamos caminhando, tentando fazer com que um  
1684 direito, que é um direito da sociedade de participar das decisões públicas seja  
1685 garantido pelo Estado, que o Estado tem que ter esse papel de ser o agente  
1686 indutor do direito humano à participação. Bem, em linhas gerais, é o que eu  
1687 gostaria de apresentar para vocês em relação ao Decreto. Eu gostaria muito de  
1688 pedir para vocês que, na medida daquilo que vocês concordam com os  
1689 avanços da participação social, se vocês concordam com o que está previsto  
1690 nesse Decreto, que vocês nos ajudem a colocar na ordem dos debates, nos  
1691 espaços que vocês participam o que é esse Decreto. Deem uma lida. Quem  
1692 critica, nós falamos sem medo de errar, esse Decreto, a existência dele é um  
1693 avanço, mas ele não apresenta nenhuma novidade, a não ser essa de

estabelecer diretrizes mínimas para que as instâncias trabalhem de forma articulada no âmbito do Governo Federal. Nós estamos fazendo a nossa parte. O Governo Federal está dando exemplo. Nós esperamos que os outros entes da federação também possam partir para esse que é um conceito que está ganhando o mundo, o conceito do governar com a sociedade e não para a sociedade. Eu estou às ordens de vocês se vocês quiserem fazer alguma pergunta.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Lígia, muito obrigado pela sua apresentação. Muito clara e eu diria que tudo que você tem disponível, você manda para o nosso Conselho que nós divulgamos entre os nossos Conselheiros. E gostaria até de dizer da satisfação que nós tivemos hoje de você poder assistir uma discussão sobre rotatividade de mandato, sobre representatividade, sobre participação e sobre democracia, de modo que eu acho que nós, aqui, procuramos, dentro das nossas limitações, trabalhar essas coisas também. De modo que eu gostei muito do que você falou e eu abro a palavra para algum Conselheiro que queira fazer alguma manifestação. Maria de Lourdes quer fazer algum comentário? Por favor.

**A SR<sup>a</sup>. LÍGIA (Secretaria Geral da Presidência da República) -** Ela vem aqui, não é?

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Senta aqui conosco.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS (IBRAM) -** Bom! Eu não tenho delegação nenhuma, de quem eu represento aqui, o Instituto Brasileiro de Mineração para fazer a pergunta que eu vou fazer, é curiosidade de cidadã. Quando eu li esse Decreto, me chamou a atenção a definição de sociedade civil. A definição me parece que é o cidadão, ou coletivo e movimentos sociais. E eu não entendi porque que o movimento social não é coletivo. Então, é a minha primeira pergunta, porque que houve essa diferenciação. A minha segunda pergunta é com relação à paridade. Numa reorganização do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, teremos que ter paridade da sociedade civil com o Poder Público. Temos hoje 29 representantes do poder público. Vinte e nove, não é isso? A reorganização, então, ela obriga, impõe essa paridade. Ou diminuimos os representantes do Poder Público, ou aumentamos sociedade civil, só que já existe uma lei e decretos que organizam o Conselho colocando uma paridade também com o usuário, no caso da peculiaridade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Teríamos, então, ou um Conselho com 90 membros ou mais, me parece, 120, ou um Conselho onde não estariam, não haveria representatividade do Poder Público por imposição de diminuição de redução desse número. São as minhas. Eu tenho outras questões como cidadã, mas essas duas são as...

**A SR<sup>a</sup>. LÍGIA (Secretaria Geral da Presidência da República)** - Eu posso responder? Pode. Bem, Maria de Lourdes...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Uma de cada vez.

**A SR<sup>a</sup>. LÍGIA (Secretaria Geral da Presidência da República)** - Eu posso te passar os meus contatos e como cidadã você tem o total direito de se manifestar, que nós garantimos isso no Decreto também. Você pergunta em relação... Eu vou começar pelo fim. Você pergunta em relação à paridade sociedade civil e Governo. É o seguinte, se dependesse do que a sociedade civil pediu no Decreto, teria que ser determinante paritário todos os conselhos e teriam que ser deliberativos. Se eu tivesse 20 membros do governo, teria que ter 20 membros da sociedade, todos os conselhos teriam que ser deliberativos, mas uma forma que se achou de nós tentarmos trabalhar o consenso é buscando a paridade. O ideal é que seja paritário e nós vamos dar o exemplo disso no nosso comitê de participação social, o Comitê Gestor da Participação Social. Vai ser uma dificuldade nós tentarmos, como eu falei aqui, traduzir para 10 representantes da sociedade brasileira dentro desse Comitê, porque nós vamos ter 10 representantes de Governo e isso já está dando uma celeuma danada. Tem órgão do Governo que já está achando que tem que participar e nós queríamos muito, eu juro para vocês, nós temos um fórum governamental de participação social que têm representantes de todos os órgãos do Governo. Esse fórum, no meu desejo, teria... O fórum seria o Comitê Gestor da Política, mas é um fórum que nós temos muitos Ministérios. Então, já é um fórum grande. Nós teríamos uma verdadeira assembleia nesse processo. Eu acho que quando vocês forem sentar para poder discutir a reformulação desse Conselho, ele vai ter que estar subordinado ao que está aqui no Decreto buscando a paridade. Se vocês conseguirem chegar ao um número de 29 representantes, 30 representantes de governo e 30 representantes da sociedade com os respectivos suplentes, eu acho que esse é o ideal da nossa democracia, mas que nos representantes da sociedade esteja garantida a diversidade também da sociedade. Tanto a representação dessa diversidade quanto a participação dessa diversidade sejam garantidas. Em relação ao que você falou... Melhorou, gente? Ui, que bom. Eu também estava sentindo um eco difícil. Bem, em relação ao que você pergunta. Melhorou, gente? Bem, em relação à questão da definição de sociedade, nós estamos apanhando nisso até hoje Maria de Lourdes. Sabe por quê? É a o velho caso, você... Como é que você reflete toda a representatividade da sociedade brasileira em um único parágrafo de um Decreto? Eu esqueci de falar para vocês que a nossa proposta é trabalhar um Projeto de Lei, um Projeto de Lei que nós tenhamos capítulos nesse Projeto de Lei. Qual é o capítulo dos Conselhos, qual é o capítulo das conferências, qual o capítulo da sociedade civil, qual o capítulo de um fundo para gerir, para financiar as práticas de participação social? Então, nós não chegamos em um conceito de sociedade que nos atenderia. Tivemos um processo interno dentro do Governo, de debates, tivemos muitos cortes. Não saiu do... É sempre assim. Tem sempre o censor dentro do Governo, que faz as... vai com a tesourinha e corta e aí você pergunta se movimento social

não é um coletivo. É. É um coletivo, mas é um coletivo muito forte, e muito representativo, e estruturado da sociedade brasileira. Então, nós precisávamos... Eles precisavam se ver representados nesse Decreto. Quando o Decreto saiu, vieram os movimentos sindicais nos cobrar porque que não tem movimentos sindicais. Então, em uma possível revisão desse Decreto, nós vamos fazer uma revisão disso também. E aí as suas contribuições enquanto Conselheira, enquanto representante do Ibram, que é um setor importantíssimo da sociedade, e enquanto cidadã prioritariamente são muito bem-vindas. Eu faço questão de recebê-las.

**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Agora, então, é o conselheiro Valter

**O SR. VALTER JOSÉ GALLINA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos)**

- Valter, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mas como a colega, também uma reflexão diante do tema que acompanho. Eu creio que naquelas preocupações que o nosso secretário colocou, nós estamos em numa... Eu observei depois com... Esse Decreto sai depois das manifestações de junho, que foi uma expressão de participação e antes da eleição. Então, é um momento bastante sensível para a sociedade e que traz muita inquietação. Esta é uma primeira questão. A segunda linha de reflexão é o seguinte, é que há uma grande discussão sobre o caráter do Estado e os canais de representação da sociedade do Estado e nós aqui vimos um debate anterior sobre esses tipos de canais e as qualificações e o questionamento dos partidos políticos. Eu faço observações porque eu acompanhei... Primeiro, há uma discussão nas Nações Unidas da... Histórico, apoiando o desenvolvimento, que é a mobilização e participação em função do desenvolvimento. Então, há vários enfoques sobre essa questão. E há um enfoque político também, porque, por exemplo, o PRI, o Partido Revolucionário Institucional Mexicano, montou um sistema de participação credenciado que os funcionários do Estado tinham ponto e vigiado para participar. Esse é um mecanismo que desde o Estado também fragiliza os mecanismos de participação. E eu acompanhei pessoalmente, estudei, quando o general Velasco Alvarado foi Presidente do Peru, foi montado o Sistema Nacional de Apoio à Participação social, chamava SINAMOS. E ele também organizou os mecanismos de mobilizar os servidores do Estado e criou o tal promotor social, que era uma espécie de militante, igual esse que você estava falando, do gestor social. Então, tem uma acumulação de informações e de expectativa que, às vezes, leva em questões, em questionamento a esta abordagem desde o Estado, desde o Estado e centralizadamente. Porque aqui no nosso país nós carregamos uma cultura muito pesada, que é o clientelismo e o paternalismo. Então, quando você tem desde o Estado, por isso todo mundo quer ser representado porque ele tem expectativas de poder ser beneficiado por esse processo. Então, na verdade, o grande desafio da participação, eu acho, ele mede o grau de desenvolvimento político social de uma sociedade e que eu acho meritório o esforço de querer fazer por Decreto e sistematizar o que têm e mobilizar, que eu acho que é mais um fator de agitação, mas eu tenho, no meu horizonte, essas preocupações que manifesto. E a qualidade também de como... Agora, dentro do nosso

sistema, ela é uma participação territorial e o eixo de organização dessa participação é um fator mobilizador no território, que é a administração de um recurso escasso que é a água. E que não dá para votar a distribuição da água, tem que pactuar. E aí obriga um enorme, como você disse, tem que ter muita paciência para a democracia, porque obriga um enorme esforço de discussão. E nós vimos aí na crise, nós podemos explicitar hidrovía, ONS e tudo isso como cada um com essa distribuição desse recurso, nós observamos o jogo de força enorme que está presente mesmo nesse sistema, que tem base no território, que são os comitês, é plural, desde a perspectiva político-partidário-ideológico e se assenta na decisão da distribuição de um recurso escasso, finito e que tem que gerir porque ele é vital. Então, eu acho que é qualitativamente diferente da mobilização e apoio da participação, mas eu acho muito meritório e eu acho que tem que discutir esse tema e certamente, claro que ele é infeliz aí nos últimos três meses de um processo eleitoral com insegurança no futuro, mas eu acho que tem que levar a discussão para o futuro e como eu vejo que você é jovem e tal, e tenho expectativa que os outros jovens envolvidos nesse processo não deixem cair a bandeira, porque realmente a nossa cultura de cada um no seu quadrado dentro do Estado é enormemente difícil de conduzir qualquer mudança e pior ainda quando judicializa.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Bom. O Valter, o Conselheiro Valter não fez uma pergunta, fez umas considerações que eu acho bastante oportunas e inteligentes. Eu tenho um problema. Nós estamos com a hora adiantada e nós temos dois importantes informes, um sobre a questão do momento atual dos recursos hídricos no País e um outro sobre um assunto que o Doutor Paulo Varela também quer fazer um comentário sobre um estudo que a ANA está conduzido com a OCDE e alguns outros vão querer se manifestar no final. Então, eu vou pedir, que eu não quero... Nunca cercearia a palavra de ninguém. Eu gostaria de convidar a Lígia para uma outra rodada aqui conosco, na próxima reunião quem sabe, até porque ela vai ser uma reunião quente. Então, você acompanha aqui tudo o que Valter falou e pediria, então, que... O João está me dando uma sinalização de que ele abre mão. Ronald, você pode abrir mão? Também abre? Você quer falar? Tá! Ok. Então, o Ronald quer falar. Você quer falar? Então, eu vou pedir que vocês sejam breves, trinta segundos cada um. Pela ordem, primeiro pediu ele aqui. Brevíssimos.

**O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR (ITA) –** Brevíssimos. Trinta segundos.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** No contexto de pergunta.

**O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR (ITA) –** O meu nome é Wilson, Wilson Cabral. Eu, eu... Você leu, Senhora, um trequinho aqui e eu queria fazer uma provocação. Há uma... na questão da composição dos Conselhos, quando

se fala em paritário e deliberativo, tem um trecho que diz que de acordo com a conveniência, quase isso, da... Do decreto, exatamente. E a provocação é no seguinte sentido, nós já vivemos uma cultura de conselhos, conferências, aliás, o Governo atual foi o criador das conferências. E também foi o que colocou as conferências no tótem ao simplesmente desrespeitar em termos de políticas públicas e de atuação pública o que era discutido e deliberado nessas conferências na maior parte das vezes. Então, a exploração que eu queria fazer, a provocação é, se o Governo quisesse, ele já poderia ter instituído boa parte disso aqui nos conselhos já existentes. Alguns conselhos são completamente herméticos, a participação social, embora o seu Decreto de criação estipule essa participação. Eu vou dar um exemplo, é o Conselho Nacional de Política Energética, aliás, eu já citei isso aqui no passado. Então, há lá duas, pouca coisa, dois assentos, um para academia, estou falando inclusive em nome da academia, e outro para instituições da sociedade civil que não são, simplesmente não são preenchidos por determinação do Poder Público, quer dizer, qual que é o prazo que o próprio Governo Federal se coloca para colocar em prática o que está sendo decretado a partir dessa consideração? Obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Obrigado, Wilson. Emenda, por favor, que aí ela já faz uma...

**O SR. JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO (CONLAGOS/MA) –** Secretário, eu...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Ronald, se identifique.

**O SR. JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO (CONLAGOS/MA) –** Ronald Damasceno. Eu sou Diretor Executivo do Consórcio CONLAGOS, represento aqui a suplência da cadeira de consórcios públicos e também sou Superintendente da Confederação Nacional de Consórcios Públicos do Brasil. Bom, nós não abrimos mão dessa intervenção não é por nada não, é porque esse momento é um momento importante e nós queremos dizer que a confederação, a CONACI, ela tem posição em defesa realmente desse momento que nós vivemos, da questão da participação social. Nós estivemos presentes na audiência pública do Senado, lá do Congresso, onde nós defendemos intransigentemente a importância da criação do sistema de participação. Bom, contudo, acredito que precisamos avançar muita coisa nesse debate, nessa discussão, que uma delas é essa questão da visibilidade e do diálogo que os conselhos nacionais precisam ter com a base. Nós temos conselhos nacionais que não conseguem sair de Brasília. E isso, para mim, não é ser nacional. Eu acho que nós precisaríamos ter um debate mais próximo da base. Nós temos experiência de Conselhos, muito pouca, que conseguiram ir para a base, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Assistência Social, que tem feito, não sei se continuo fazendo, mas tem



1944 experiência de reuniões ordinárias fora de Brasília e assim aproximou mais  
1945 com aquele base que não tem condições muitas vezes de estar aqui  
1946 acompanhando ou participando, porque base para mim não são só as  
1947 entidades que representam, base para mim são todo aquele movimento que  
1948 está lá muitas vezes até sofrendo. E aí nós precisamos perguntar para ela qual  
1949 é a estratégia de vocês, qual é a estratégia do Governo com relação à questão  
1950 da visibilidade e dessa necessidade de aproximação que os conselhos  
1951 nacionais precisam ter com a base das suas políticas. Nós temos Conselhos  
1952 municipais, por exemplo, o Conselho das Cidades, O Conselho Nacional das  
1953 Cidades, que é um Conselho considerado atuante, forte, de posição, mas, no  
1954 entanto, os Conselhos municipais das cidades não existem. Existem só no  
1955 papel. E por aí vai uma série de. Eu queria também fazer mais perguntas, mas  
1956 essa aí já é interessante.

1957  
1958  
1959 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH) –** Obrigado,  
1960 Conselheiro Ronald. Tem a palavra.

1961  
1962  
1963 **A SR<sup>a</sup>. LÍGIA (Secretaria Geral da Presidência da República) -** Bem. Desde  
1964 já eu aceito o convite, desde que nós possamos fazer um debate assim, com  
1965 propostas de vocês, do lugar que vocês ocupam nesse Conselho, do lugar que  
1966 vocês ocupam na representação, na sociedade e no Governo, de que forma  
1967 nós podemos aprimorar essas instâncias e os nossos processos participativos.  
1968 O Valter falou assim... É uma aula quando o Valter fala, não é? Agora, como eu  
1969 falei, eu vou falar rapidamente, é difícil, nós aprofundamos o debate em uma  
1970 próxima oportunidade. É muito difícil nós falarmos assim rapidamente tudo que  
1971 nós queremos deixar para vocês, mas, Valter, nós queríamos que esse Decreto  
1972 tivesse sido, na verdade, nós queríamos que ele tivesse sido um Projeto de Lei  
1973 amplamente discutido com a sociedade, não vai deixar de ser, o bom é que ele  
1974 serve de base para nós fazermos o nosso Projeto de Lei, é uma experiência  
1975 que o Governo Federal está fazendo. As jornadas de junho, elas sacudiram o  
1976 Brasil inteiro, mas não venha com aquela história de que o gigante acordou,  
1977 porque nenhum de nós aqui estávamos dormindo nesse processo. Há quantos  
1978 anos nós estamos bem acordados, alguns acordaram mesmo, “ô, eu preciso  
1979 participar, essa forma aí de governar não me representa”, mas isso não foi um  
1980 petardo só em direção ao Governo Federal. Valeu para todo mundo, tanto é  
1981 que nós estávamos no início do processo de construção daquele compromisso  
1982 nacional de participação social que eu falei com vocês, tinha representantes de  
1983 Governos de Estado, “ah, vamos fazer um Grupo de Trabalho para melhorar a  
1984 proposta do termo de adesão. O grupo ficou dois meses parado, não conseguia  
1985 fazer reunião nem virtual, nem no grupo que a gente fez na internet.  
1986 Aconteceram as jornadas de junho, foi só eu dar uma ligada para eles, no dia  
1987 seguinte, estavam todos os representantes dos Estados em Brasília, por quê?  
1988 Porque a sociedade chegou na porta deles. Então, a sociedade está batendo  
1989 na porta, a sociedade está querendo participar mais e de forma mais  
1990 qualificada. Então, nós, professor Wilson, o meu nome é Wilson, não é? Então,  
1991 professor, nós precisamos ter mais efetividade das conferências sim, eu  
1992 concordo integralmente. Tem muita coisa, muitas das liberações das  
1993 conferências que não são implementadas. Nós temos estudos o que IPEA fez,

1994 que o Polis fez, o INESC fez, tem um estudo maravilhoso que o INESC com o  
1995 Polis, que é a arquitetura da participação social, que traz geral raio X de onde é  
1996 que nós estamos errando nesses processos. Então, nós precisamos aprimorar,  
1997 mas eu acho que nós aprimoramos não é o Decreto, não é o Governo  
1998 decretando de que forma isso tem que ser feito. É construindo junto. E por isso  
1999 é importante esses espaços que nós estamos aqui dialogando e por isso que é  
2000 importante vocês mandarem para nós ou, então, manda aqui para o Ney. Ney,  
2001 eu não quero mandar para a Lígia não, mas eu mando para você e o Ney dá  
2002 um jeito de mandar para nós. Eu tenho uma contribuição para fazer. Quando o  
2003 Conselho for conseguir discutir, eu espero que nós consigamos discutir e  
2004 trabalhar, e implementar a formulação desse Conselho, que seja bem discutido,  
2005 que seja um exemplo para a sociedade, porque nós temos Conselhos muito  
2006 eficientes. Esse aqui é um Conselho muito eficiente, eu vi aqui, pelo nível dos  
2007 debates. E porque nós trabalhamos a participação social? Vejo alguns de  
2008 vocês aqui. Porque o tema é participação social e não participação cidadã ou  
2009 participação popular? Porque nós entendemos que o conceito de social  
2010 abrange a sociedade toda. Eu estive, semana passada reunião, com a CNI. A  
2011 CNI quer e tem contribuições a dar a nossa Política Nacional de Participação  
2012 Social. E todas essas contribuições são muito bem-vindas. E, quando o  
2013 Damasceno fala da questão de como que nós vamos chegar, nós, como, eu  
2014 sou servidora pública, não sou representante de nenhum Conselho, mas eu  
2015 acho que aí é a questão da representatividade, da representação e da  
2016 participação, ela precisa ser bem trabalhada e nós precisamos incutir e se  
2017 vocês estão aqui, vocês estão representando determinado setor. Vocês  
2018 precisam dar retorno para esse setor do que vocês estão fazendo nesse  
2019 Conselho. Quem representa a sociedade da mesma forma, quem representa  
2020 uma determinada empresa ou um determinado setor produtivo também tem  
2021 que dar retorno para aquele setor do que está fazendo, mas principalmente nós  
2022 que somos representantes de Governo. Eu acho que nós temos que trabalhar  
2023 de forma mais articulada e trazendo para cá as propostas de Governo Federal  
2024 e trazendo para o Governo quais são as propostas da sociedade, trabalhando  
2025 de forma equilibrada. De qualquer forma, gente, muito obrigada. Desculpa a  
2026 correria. Eu tinha uma reunião às cinco horas, que o povo já está lá me  
2027 esperando. E eu agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui com  
2028 vocês e eu estou inteiramente à disposição sempre que vocês precisarem.

2029  
2030  
2031 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Lígia, nós que  
2032 agradecemos a sua presença, a sua atenção conosco e as explicações que  
2033 você deu sobre essa política. Acho que você vai voltar aqui um dia brevemente.  
2034 Está bom? Então, agradeço muito, foi... E agora, então, eu passo para o quinto  
2035 item da nossa pauta, assuntos gerais e eu tenho já inscritos aqui... Não ouvi,  
2036 João. Não, não fala no microfone, fala para mim.

2037  
2038  
2039 **O SR. JOÃO** – É porque nós não temos clareza qual foi o encaminhamento  
2040 que você sugeriu em relação à nossa questão...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Eu posso conversar com você depois sobre esse assunto.

**O SR. JOÃO** – Porque nós colocamos na plenária do Conselho.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Ok. Eles pediram para eu trabalhar isso. Eu vou trabalhar isso com vocês, está bom? Então, agora eu queria passar ao quinto assunto da pauta, que são assuntos gerais, e o Doutor Paulo Varela tem dois informes aqui para passar, depois o Christiano já pediu a palavra e o Ivo Melo pediu a palavra e aí o Valter. Quem? Você anota todo mundo? Então, Ronald não? Também, Ronald também. Mas o Joaquim é o Paulo Varella que dá a palavra para o Joaquim, não é isso? Isso. Então, o Doutor Paulo Varella tem a palavra.

**O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA)** – Boa tarde, quase noite. Senhor presidente, caros Conselheiros e caros amigos. São dois informes, que eu vou procurar ser o mais rápido possível, visto já o adiantado. Mas, de qualquer forma, eu gostaria de fazer uma reflexão muito rápida, expressar a satisfação de estar aqui. São dois temas, um que vai falar sobre a situação dos recursos hídricos, hoje, no País e o outro é um informe sobre uma parceria da ANA com a OCDE. Eu acho que realmente nós estamos passando um momento importante para o nosso sistema, porque estamos realmente num ano onde toda essa concepção, onde toda essa formulação está sendo posta à prova de alguma maneira. De tédio, eu fico brincando, nós não vamos lá, nós que tramitamos na área de recursos hídricos, não corremos nenhum perigo de ter, assim, nenhum piripaque por estar com tédio, não é verdade? Este ano, nós devemos e o Doutor Ney já o fez com muito propriedade, eu não vou aqui repetir, mas tivemos problemas sérios de inundações históricas, de secas históricas no Nordeste, de secas onde nós nunca imaginamos que ia ter, mas o mais interessante disso é que o modelo, gente, está sendo posto à prova, ele está sendo demandado e está dando respostas. Pode ser que nós não tenhamos conseguido resolver todos os problemas, mas, certamente, todo o sistema de monitoramento, as salas de situações, o acompanhamento, que Doutor Joaquim vai falar, facilitaram a vida das pessoas que estão lá no Norte, que, em tempo hábil, puderam ser comunicados, o estudo que foi feito das áreas de inundação. Lá no Nordeste, nós estamos trabalhando como nunca na articulação com os Estados, na operação dos açudes, na restrição de usos. Então, eu acho que esse modelo, o nosso sistema, o nosso Conselho pode se orgulhar. Eu acho que nós precisamos ter mais participação, comunicação, nós temos pessoas aqui, estamos aqui com o secretário lá da área do semiárido e sabe que, no dia-a-dia, hora-a-hora, nós estamos regulando a vazão daqueles reservatórios, nós estamos restringindo o uso que é preciso, nós estamos articulando com os comitês, com os Estados. Então, o sistema realmente tem produzido respostas. Evidentemente que nós não conseguimos resolver todos os problemas. Isso vai demandar um pouco de maturidade. A questão também aí na área do Sudeste, a relação do Rio com São Paulo, onde o modelo trabalhou, não houve judicialização, nós fomos lá, nos articulamos, chegou-se

a um consenso de um assunto complexo e estamos desenhando, pavimentando os caminhos do futuro, portanto, eu acho que nós vamos chegando à conclusão de que, a partir de um ano muito difícil, nós podemos ir vendo que realmente tem sentido essa formulação e essa modelagem que nós estamos pondo aí. Evidentemente que nós temos muito desafio aí para frente, isso também não tenha nenhuma dúvida. Estamos trabalhando com a área inter-setorial, junto com o Ministério da Integração, estabelecendo um Plano Nacional de Segurança Hídrica, para dar critérios às obras que estão espalhadas no território nacional, com o Ministério das Cidades, o ato de saneamento. Então, há muita coisa que nós precisamos fazer, mas está muita coisa que nós estamos fazendo. Evidentemente, eu não vou aqui, agora, me delongar porque o tempo já não permite, mas eu gostaria de dizer que eu vou convidar aqui o Doutor Joaquim Gondim.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo do CNRH)** – Paulo, desculpe, eu acho que você deve estar com o telefone no bolso que está dando essa interferência aí.

**O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA)** – Muito bem, Doutor Ney. Eu pensei que era o meu coração que estava emocionado, mas, infelizmente, não é a emoção de estar aqui no Conselho, de rever tantos amigos queridos que fizeram ele vibrar. Eu estava achando que era isso, por isso eu não tinha me mexido, porque não tinha como apagar essa impressão. Mas eu vou pedir ao Joaquim, que é Superintendente da Área de uso múltiplo. Ele vai fazer aqui uma apresentação e eu já queria quiser dizer para vocês que isso é uma pequena *van premier* do que o Doutor Ney já programou aqui para a Reunião Ordinária e isso é muito bom, eu acho nos que cabe esse papel de vir aqui prestar contas de todo esse trabalho que está sendo feito entre a Agência Nacional de Águas e os Estados, os comitês, enfim, e discutir aqui com vocês como é que o sistema está sendo implementado. Então, vou pedir aqui a Doutor Joaquim, que tinha preparado uma apresentação de 1h15, que ele pudesse reduzir isso talvez para 15 ou 20 minutos, porque, senão, nós vamos entrar muito noite adentro.

**O SR. JOAQUIM GONDIM** – Boa noite, não é? Bom, como o Doutor Paulo falou, nós vamos dar somente uma panorâmica rápida da situação, tocando nos pontos que talvez principais da questão de recursos hídricos no Brasil este ano e que tem reflexos também nos usos múltiplos da água. Por favor. Como todos sabem, o nosso país é um país continental, que o tempo todo está sofrendo a influência das chuvas, seja por excesso, seja por escassez no território. Então, essa situação se por um lado ela é crítica porque, a todo momento, nós temos algum evento extremo acontecendo, ela também possibilita que no nosso país possamos utilizar a sinergia de pegar as regiões onde está chovendo muito, por exemplo, e gerar muita energia nessa e em outra região que está chovendo pouco você preservar reservatórios. Isso também possibilita que o País consiga ter uma resiliência maior quanto a crises. Por quê? Se tem uma seca, por exemplo, em um país pequeno e atinge

2143 todo o país de uma única vez. Então, todo o País sofre aquela influência da  
2144 seca. No nosso caso, isso não acontece porque, normalmente, alguma outra  
2145 região está em condições melhores. E esse é um quadro só para explicar um  
2146 pouco como os eventos críticos, e aí eu estou falando do período crítico de  
2147 cheias, acontece que no nosso território. Então, por exemplo, a parte Norte do  
2148 País, de fevereiro a setembro, nós temos a quadra chuvosa que leva a termos  
2149 inundações. Em fevereiro, mais na parte de Acre e Rondônia e mais ao fim  
2150 para a Região Amazônica propriamente dita. No Nordeste, temos fevereiro a  
2151 maio, nós temos a Costa Leste do Nordeste, maio a agosto. A parte central do  
2152 País, dezembro a março. E o Sul, último o ano todo. O que significa isso? É  
2153 que é possível termos um evento cheia em qualquer momento na região Sul,  
2154 em qualquer mês por conta das frentes frias que entram e podem provocar  
2155 esse tipo de fenômeno. Este ano, houve o que se chamou de um bloqueio  
2156 atmosférico na região central do Brasil, no Sudeste e no Centro-Oeste, que fez  
2157 com que as chuvas de, normalmente, iriam cair naquela região ficassem  
2158 contidas na região Norte, nos Estados principalmente lá de Rondônia. Isso fez  
2159 com que nós tivéssemos as maiores cheias históricas naquela região Amazônica.  
2160 E, por outro lado, provocou um grande déficit naquela região que está pintada  
2161 de vermelho onde nós temos os principais reservatórios do País. E isso levou a  
2162 um desequilíbrio hoje importante que nós vamos relatar um pouco à frente.  
2163 Então, essa questão da cheia na Amazônia, na cheia no Madeira, tem  
2164 interligação com o que está acontecendo na Região Sudeste e Centro-Oeste do  
2165 nosso País. No Nordeste, menos, mas nessas duas regiões, muita correlação.  
2166 Esse é um retrato do que está acontecendo. Nós tínhamos níveis anteriores em  
2167 Porto Velho e, casualmente, nós tivemos um momento de construção de duas  
2168 hidroelétricas e quase que as pessoas ficam, tudo que acontecia, colocava em  
2169 conta nas hidrelétricas quando houve, na verdade, em todos os estudos  
2170 indicam uma grande chuva na região andina, que isso escoou por toda a região  
2171 Amazônica do Madeira de tal maneira que nós tivéssemos as maiores cheias  
2172 naquela região. Os nossos estudos indicaram que iríamos, a partir de agora,  
2173 recalcular todas as pontes, todas as estradas para deixar em um padrão que  
2174 nós consideramos adequada de proteção para cheia de 100 anos, porque essa  
2175 cheia fez com que a cheia de 100 anos agora é outra. Isso vai ter manter uma  
2176 repercussão fundamental na infraestrutura. Todo dia, eu tenho que responder  
2177 carta da prefeitura dizendo assim: “eu tenho que realocar o prédio da  
2178 procuradoria de não sei o que porquê?” Porque esse prédio está inundado.  
2179 “Essa cheia vai repetir com frequência?” Então, vai ser sempre uma avaliação  
2180 de risco que vai acontecer no sentido de que toda a infraestrutura vai ter que  
2181 ser repensada naquela Região Amazônica. E no Nordeste, nós monitoramos os  
2182 principais reservatórios daquela região. No momento hoje, nós estamos com  
2183 mais de 50% deles, mais de 50% deles com menos de 30% de sua capacidade  
2184 de acumulação e isso antevê uma situação crítica para esse final de período  
2185 seco do ano e uma situação que preocupa com relação a como vamos entrar  
2186 para a próxima quadra chuvosa. Vamos entrar com os reservatórios baixos e  
2187 qualquer anomalia negativa na chuva levar uma situação de estresse. Cidades  
2188 importantes de região podem sofrer algum tipo de restrição de uso. Eu vou dar  
2189 um exemplo, a cidade de Campina Grande, que é uma grande cidade da  
2190 região, totalmente no semiárido que pode sofrer algum tipo de necessidade de  
2191 ajuste na sua oferta com demanda. Por favor, Esse quadro não vai ver porque  
2192 ele está no Power Point e aqui é o Office não sei o que. Então, ele

desconfigura todas as coisas. Então, pode passa, mas era só para mostrar a situação dos anos. Os três anos que nós temos por estado e, se vocês olharem, nós temos o primeiro ano é o verde, nós estamos sempre superiores, a exceção única o Estado da Bahia. Por quê? Porque o Estado da Bahia começou a seca um ano antes, mas também saiu a seca um pouco mais cedo. Então, o Estado da Bahia teve uma certa recomposição nas suas reservas hídricas, mas o restante do Nordeste todo teve o caimento nas suas acumulações, por favor. E essa situação chegou ao Sudeste. Na bacia da Paraíba do Sul, uma das principais bacias do País, essa seca chegou e ela trouxe de volta uma situação que tinha acontecido nos anos de 2003/2004, reservatórios baixos precisando um amplo controle e negociação para redução das suas vazões. Por favor. Chegou, então, ao ponto que nós estamos hoje. Nós estamos hoje no histórico, no menor nível do histórico. Ainda temos que enfrentar o final de setembro e o mês de outubro. Então, medidas de contenção de demandas foram tomadas. Hoje não tem nenhum usuário desassistido, mas há um rígido controle da oferta de água nessa região. Por favor. O sistema hoje, só para ter ideia, está com 14% de acumulação numa região em que só na cidade do Rio de Janeiro nove milhões de pessoas dependem dele. Outro sistema importante, o sistema Cantareira, ele teve um ano difícil em termos de acumulação da água. Nós estamos hoje com volumes dos mais baixos do histórico. Por favor. Só para ter ideia dos números, as médias e as mínimas eram os anos de 53 e 54. Onde nós dizíamos que se viesse 53/54 seria o caos e essa linha azul é o que aconteceu. Exemplo, se vocês pega um ano de 53 para o mês de março que estaria como 26 metros cúbicos por segundo, chegou a 13. Então, em média chegamos entre 30 a 50% do pior do histórico. Não são 30 a 50% da média. Foi de 30 a 50% da pior vazão que já tinha acontecido. Quer dizer... Então, essa situação desequilibrou o sistema que conta com um único sistema, não tem resiliência. Então, isso levou a termos que enfrentar uma situação de controle entre oferta e demanda. Por favor. E utilizar uma reserva técnica que os reservatórios tinham, porque as bombas que a empresa de saneamento utilizava estavam em uma cota elevada. Então, tinha uma reserva que poderia ser explorada antes de o sistema entrar em uma situação mais difícil. Então, isso está sendo utilizado, essa reserva técnica do sistema do Cantareira. E não poderia deixar de ser essa situação também teve reflexo nos reservatórios do setor elétrico. Os principais reservatórios do País que ficam nessa região enfrentam situações difíceis. Só para ter ideia de números, nós temos reservatórios que tiveram de utilizar suas reservas de água para equilibrar o sistema elétrico. Isso fez com que houvesse grandes conflitos no País nesse momento. Exemplo, a hidrovía do Tietê-Paraná, uma hidrovía importante no nosso País hoje se encontra paralisada por conta do reservatório de Ilha Solteira e Três Irmãos que deplecionaram muito. E outros reservatórios que, se medidas não fossem tomadas, já teriam secado. Exemplo, o reservatório de Três Marias. O reservatório de Três Marias hoje está sendo operado, no passado as menores vazões que trabalhávamos com ele era da ordem de 300 a 350 metros cúbicos por segundo, hoje estamos praticando 160. E vamos chegar ao final do período seco com 3%. Três por cento é o ponto que você não sabe garantir direito se as máquinas vão gerar naquele momento. Então, nós temos uma notícia muito ruim naquela região. Só para ter ideia, se vocês hoje vão assistir no Jornal Nacional com toda segurança, que as principais nascentes do São Francisco, a

principal nascente secou. Então, antecipo para você a manchete do Jornal Nacional. Outros reservatórios, eles estão em situação crítica, mas como o sistema nosso é um sistema interligado que tem geração térmica, geração hídrica, eólica, nuclear e todas as outras, isso faz com que o sistema esteja com segurança no sentido de fornecer energia elétrica, mas há um deplecionamento importante e só quem sabe o que está acontecendo é quem visita, por exemplo, Furnas, quem visita Três Marias, quem visita Ilha Solteira, quem visita esses reservatórios sabe o que está acontecendo no setor. Então, medidas estão sendo tomadas. Sobradinho é um exemplo. Nós estamos, há um ano, reduzindo a vazão mínima que pode ser liberada à Sobradinho, para que Sobradinho que é o principal reservatório do sistema São Francisco não venha a ter problemas. E isso fez que com ele hoje tivesse algo como 31%. Se não tivéssemos feito essa medida ele estaria absolutamente seco hoje. Naquele momento, foi uma crítica muito grande, a questão da redução da vazão mínima. Mas, hoje as pessoas dizem: se nós não tivéssemos feito isso, hoje chega a 350 metros cúbicos por segundo no reservatório onde no passado chegava no mínimo 700 mil. Então, é uma situação muito crítica. E esse é o segundo reservatório da cascata mais importante e que vamos chegar ao final do período seco numa situação muito difícil com algo com menos de... Da ordem de 3% na sua capacidade de acumulação e imagine o que é 3% do volume útil em um grande reservatório como esse. Bom, essa era a nossa apresentação bem simples. O Dr. Paulo pediu que isso fosse pensado e já para dar uma visão da próxima reunião que vai ter aqui que vai ser discutido de uma maneira mais ampla a questão dos conflitos decorrentes desses baixos níveis de acumulação e dessa situação de escassez que nós estamos enfrentando.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Bom, olhar o reservatório de Três Marias dando aquele mergulho em três anos, um reservatório plurianual é impressionante. Não é uma situação qualquer que nós estamos vivendo. E vamos ver como é que nós chegamos em novembro quando começam as chuvas sabedores de que temos muito trabalho pela frente, porque a recomposição desses reservatórios não será feita em um ano. São reservatórios plurianuais que também, assim como esvaziam ao longo de 4, 5 anos também para recuperar em 4 a 5 anos pela frente. Bom, eu não sei...

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Eu acho que sim. Não tem nenhum problema. Pode ser disponibilizado. Eu entrego para todos vocês. O Joaquim passa para nós e nós colocamos no site. Já está? Já está com Mirela. Pronto. Quem tiver muita urgência pega a Mirela e cópia. Quem não tiver recebe por e-mail depois que a Mirela mandará. Vou passar ainda para o Dr. Paulo Varela fazer o seu segundo informe para nós ou acionar o seu dispositivo. Por favor, o telefone longe do microfone.

**O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA)** – Bom, gente, vamos esperar que o próximo período chuvoso seja favorável. Porque, senão, realmente, nós vamos ter aí um tempo difícil. Mas, antes de passar para o segundo informe, só fazendo aqui uma reflexão já exortando vocês para ver que essa próxima reunião do Conselho em dezembro, vamos fazê-lo aqui histórica e bastante porque...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Pode deixar que eu me encarrego de organizar.

**O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO (ANA)** – O Dr. Ney vai botar para quebrar como sempre, mas enfim. O que eu quero dizer é que não basta que nós tenhamos toda essa intervenção agora e que nós possamos ter agido na crise. Tão importante quanto é que nós não podemos passar por uma situação dessas sem apreender. Então, é claro. Nesse Nordeste que sempre se repete esses problemas e etc. e até em outras áreas onde não aparecia tanto, mas nós temos que sair de uma gestão de crise para uma gestão de risco e nós estamos dedicando muito esforço para ver se nós podemos avançar nessa direção, se nós podemos ter mais flexibilidade nos nossos abastecimentos, se nós podemos criar contingências para determinados níveis já nos de uso múltiplo e coisas dessa natureza de forma que nós esperamos até dezembro poder discutir aqui com vocês, trazer as nossas reflexões, e evidentemente também receber de vocês, na direção que nós possamos fazer com que efetivamente esse modelo possa fazer uma *upgrade*, vamos dizer assim, na forma de fazer gestão de água. O segundo informe diz respeito agora a uma das parcerias que a ANA tem. Evidentemente que nós estamos voltados para os nossos problemas internos, mas também nós temos procurado nas experiências do mundo na área de gestão também exemplos, também experiências que possam nos ajudar. Claro que nós não podemos importar enlatados porque as coisas são diferentes, mas existe muita coisa interessante que nós temos aí também na relação externa. Essa parceria com a OCDE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, é uma dessas. A ANA, quer dizer, o Brasil não é sócio da OCDE, mas, ele faz parte, como engajamento ampliado que nós chamamos, e nós podemos participar, então, aí dos comitês. E a ANA trabalhou na direção de fazer uma experiência, um diálogo de gestão com a OCDE. Eu queria só antecipar para os senhores que nós estamos chegando ao final de uma etapa e isso vai ser apresentado aqui para o Conselho. A Ana Paula Fiorese que é especialista em recursos hídricos da ANA e Aline que é a assessora do Dr. João Lotufo vão estar aqui agora para apresentar para vocês e vão detalhar essas questões, mas haverá uma reunião, sim, específica para os senhores Conselheiros relatando, então, essa experiência, que é uma experiência muito interessante e evidentemente que nós não podemos copiar exatamente ao que está acontecendo, mas, certamente, existem coisas, detalhes de situações semelhantes onde alguém já pensou um pouco diferente e também uma visão de fora muitas vezes ajuda. Nós ficamos se debruçando sobre aquilo toda hora e, às vezes, passamos por cima de coisas que nós não conseguimos enxergar. Então, eu estive agora vendo os relatórios que chegaram e, realmente, parece uma experiência



interessante. Eu vou passar aqui para a Ana Paula Fiorese, o Joaquim teve 15 minutos para eu pedia um esforço para 14.

**A SR<sup>a</sup>. ANA PAULA FIORESE (ANA)** - Boa noite, eu vou fazer um esforço para fazer o informe em menos de 10. Eu vou fazer para vocês o informe sobre os objetivos, os resultados esperados, o escopo de maneira geral e o desenvolvimento desse trabalho até o momento. É um acordo que a Agência Nacional de Águas firmou com a OCDE para fazer uma avaliação e, enfim, conseguir recomendações sobre governança de água no Brasil. Não se trata de uma consultoria, se trata sim de um diálogo político. Então, é uma experiência em que um alimenta o outro e vai se construir o que nós entendemos e eles entendem que sejam alternativas viáveis para a melhoria do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil. Então, o objetivo do acordo, de uma maneira bastante geral, é realizar um diálogo sobre a gestão de água baseado, como o Doutor Varella falou, na troca de experiências internacionais e voltado para o fortalecimento da gestão de recursos hídricos. O objetivo é atender aos desafios que se colocam hoje, entre eles essas questões de eventos críticos, de escassez e de disputa pelo uso de água e também uma previsão para possibilidade de acirramento de conflitos no futuro. O foco do trabalho é em dois pilares que foram eleitos nesse momento. Nós tínhamos uma lista bastante grande de possíveis temas e foi decidido para esse momento um foco em alocação de água e no pacto nacional pela gestão dos recursos hídricos e dentro dele o Progestão do qual todos os Estados praticamente já são signatários. Então, o desenvolvimento do trabalho é feito em conjunto entre a equipe da OCDE e diversos parceiros que são identificados dentro dos países que o OCDE assiste nesses aspectos. A equipe da OCDE além de membros da própria OCDE, ela é composta por e revisores pares, que são pessoas que ocupam posições. Eles não são consultores comuns. São pessoas que ocupam posições de gestão dos recursos hídricos, trabalham com gestão dos recursos hídricos nos seus países. Então, nós temos nesse trabalho específico três revisores pares de países considerados referência e da União Europeia. Então, nós temos uma pessoa da União Europeia, da comunidade europeia mais uma pessoa da Austrália e uma pessoa de Portugal. Além disso, desculpa é o contrário. É a África do Sul e o Canadá. Portugal e Austrália são os especialistas convidados. Além disso, há um especialista brasileiro que é um consultor eventual para moldar, trazer de volta a realidade brasileira quando eles não estiverem conseguindo compreender adequadamente. O processo começou com uma fase de coleta de dados. Essa coleta de dados é com base em materiais. Na nossa legislação, material que foi produzida especificamente para isso e material que estava disponível, que já havia sido produzido para outras, com outros motivos. O objetivo disso é que eles entendam o que à realidade brasileira. Além disso, foram feitas já duas missões no Brasil, das quais muitos dos senhores participaram. Nessas missões mais de 100 pessoas em cada uma delas foi entrevistada. Com o objetivo de reconhecer, fazer um reconhecimento do que é a realidade brasileira para que eles possam refletir as nossas necessidades e, além disso, se aprofundar nesses 2 pilares de alocação e do pacto e Progestão. A preocupação sempre foi que isso fosse bastante representativo. Então, tinham pessoas do sistema e pessoas que de alguma maneira estão ligadas à gestão

dos recursos hídricos no Brasil. Essas pessoas foram identificadas no Brasil inteiro. Nós fizemos viagens com o pessoal para que mais pessoas pudessem se manifestar e várias pessoas foram ouvidas aqui em Brasília também. O que nós esperamos disso... O que eles vão fazer é produzir um relatório. Esse relatório deve vir com recomendações focadas no fortalecimento dos mecanismos de alocação e implementação do pacto e do Progestão. Também recomendações referentes à avaliação do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil e recomendações para melhorar a capacidade de governança da água no Brasil. Aí focando nos conflitos que já existem e nas possibilidades de conflitos futuros e uma coisa que foi um desafio explicar para eles e que é um desafio que eles possam nos fazer recomendações, que nós temos bastante expectativa sobre isso são referentes ao nosso sistema bastante descentralizado e bastante complexo, com uma variabilidade muito grande de realidades políticas e geográficas, enfim. Que vocês sabem. Além disso, então, além da avaliação brasileira, um interesse que nós temos nesse projeto e o resultado esperado é que eles tragam experiências internacionais. Então, eles não encontram a realidade brasileira em nenhum outro lugar do mundo, mas eles encontram experiências que foram desenvolvidas em outros países e que podem ser moldadas ou parcialmente aplicadas à realidade brasileira e às necessidades que foram identificadas aqui. Os próximos passos são a realização de um grande seminário e antes desse seminário o primeiro evento dessa próxima missão que vai acontecer em outubro é uma reunião específica para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, nos próximos dias, vocês vão receber um convite para essa reunião, que vai acontecer no dia 14 de outubro no período da manhã, em que vocês serão ouvidos especialmente. Assim, é um evento extra ao seminário, um evento a mais com a intenção de que se obtenha maior representatividade no processo. O processo seja mais participativo ainda. Então, nos próximos dias vocês vão receber um convite que vai dar os detalhes da realização desse evento e vocês vão receber o sumário executivo dessa primeira versão do relatório. O relatório vai ser apresentado para vocês especificamente nessa reunião e vai ser apresentado e debatido durante o seminário. Depois do seminário, eles vão usar essas contribuições para fechar as versões finais do relatório. Posteriormente o relatório vai ser apresentado também para os países membros da OCDE em uma reunião específica para isso em novembro. Então, além da reunião, vocês serão convidados também para o restante do seminário. Um seminário amplo que deverá ter cerca de 80 a 100 pessoas convidados, vocês vão ser convidados também. Vai acontecer no dia 15 o dia inteiro e no dia 16 pela manhã. Como nós já estamos bastante adiantado na hora, eu vou me colocar à disposição, o Marcelo tem o meu e-mail, os nossos contatos são bastante fáceis. Se você quiserem me mandar e-mail é [ana.fioreze@ana.gov.br](mailto:ana.fioreze@ana.gov.br) e também respondendo ao convite que vocês vão receber nos próximos dias. Nós estamos à disposição para quaisquer dúvidas que vocês tenham a respeito desse processo interno.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Muito obrigado, Ana.

**O SR. CRISTIANO EGNALDO ZINATO (MIN)** – Nós do Ministério de Integração Nacional, por meio de Secretária Nacional de Irrigação, informamos que brevemente será divulgada, nós prevemos até o final do mês agora, uma versão de uma proposta inicial de Decreto de Regulamentação da Política Nacional de Irrigação, que é a Lei 12.787 de 2013. A divulgação será no *site* do Ministério e as contribuições que nós solicitamos a todos vocês, que nós vamos pedir o apoio a Secretaria Executiva do Conselho que distribua para os membros do Conselho e que cada um de vocês distribua para que possa ter condições de contribuir a avaliar, criticar a proposta que estamos encaminhando. Nós optamos por fazer um documento base desse decreto, porque são inúmeros, são 17 pontos de regulamentação que estão explícitos dentro da política de irrigação e outros tantos remeterão a portarias. Então, nós preferimos ter esse trabalho maior inicial mais interno no Ministério para que vocês tenham uma facilidade em analisar aquilo que propusemos. Vamos colocar, inclusive, as justificativas do que estamos propondo em termos de argumentação, porque estamos esperando com aquilo, a fundamentação legal do que nós estamos propondo e nesse e-mail: [regulamenta.irrigacao@integracao.com.br](mailto:regulamenta.irrigacao@integracao.com.br). Nós aguardamos ao longo do mês de outubro as inscrições de todos vocês. E a implementação da Política Nacional de Irrigação, ela tem que se dar, a implementação dela, em consonância com a Política de Recursos Hídricos, mais explicitamente, está bem claro isso lá dentro em consonância com Planos de Recursos Hídricos com a política de meio ambiente, com a política de energia, com a política de saneamento, com a política de desenvolvimento regional. Então, todo mundo aqui tem, com certeza, alguma contribuição a dar, tanto agora nesse momento de regulamentação como posteriormente no aspecto da implementação da política. Alguns aspectos bem específicos que tem muito mais a ver, tem bastante a ver com a questão de recursos hídricos. A questão de... Nós trazemos lá dentro, entre outros, a utilidade pública das infraestruturas para fins de irrigação, barramentos, canais e outras infraestruturas de projeto. A questão da pesquisa, capacitação e assistência técnica. A questão da certificação de projetos de irrigação em que lá tem que prezar o uso qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos de forma racional, entre outros aspectos. Então, para semana que vem, até no máximo a semana que vem, nós esperamos estar distribuindo para vocês e aguardamos as contribuições valiosas desse Conselho.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Muito obrigado, Cristiano. Pode contar conosco para distribuir o material.

**O SR. CRISTIANO EGNALDO ZINATO (MIN)** – Aproveitando a ocasião, já queria incluir isso na pauta da próxima reunião que nós já vamos ter consolidado essa proposta positivamente ter encaminhado à Casa Civil. A ideia é exatamente ter essa participação anterior para que quando chegar na fase da Casa Civil esteja mais 'ajeitada' tanto com a participação dos órgãos públicos como das instituições e técnicos e pessoas que estão aqui representando a sociedade civil.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Obrigado. Conselheiro Ivo Melo.

**O SR. IVO MELLO (Associação dos Arrozeiros de Alegrete) –** Obrigado secretário. Ivo Melo falar logo após ao Ministério de Integração com essa política proativa é um prazer, uma honra. Mas eu queria, já que o Júlio Tadeu não falou, eu queria trazer um informe que a partir de uma mobilização aqui que nós atendemos da Secretária Nacional de Recursos Hídricos, dentro do escopo do programa MARCO, nós organizamos o mês passado, a demanda daqui, da secretária, uma oficina para boas práticas de irrigação que foi identificado pelo programa que é um dos usos, vamos dizer assim, teoricamente mais conflitante na Bacia do Prata, com cinco países que formam a Bacia do Prata e nós tivemos a honra, o Instituto Rio Grandense do Arroz, tivemos a honra de receber todos os cinco países lá e nós acreditamos que foi uma oficina muito proativa e só como informação, secretário, e depois junto com o Tadeu nós vamos, o relatório está sendo finalizado e entregue, o relatório da consultoria que foi contratada para isso e também nós vamos trazer depois para que seja, pelo menos, os Irrigantes vão trazer para que seja apresentado aqui no nosso Conselho.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Muito obrigado, Ivo. Conselheiro Valter.

**O SR. VALTER JOSÉ GALLINA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos)**  
- Eu gostaria de rapidamente, aproveitando também para fazer alguns comunicados, dentro daquela linha que o Secretário colocou e do artigo que foi publicado domingo por Vicente e o Ministro da Integração, eu creio, nessa perspectiva. Eu queria deixar, eu vou deixar aqui com o Secretário para distribuir as três apresentações que nós fizemos no nosso Conselho para discutir a crise. Nós chamamos para apresentar o Plano da Macrometrópole, foi uma demanda da sociedade civil, o trabalho do grupo técnico chamado GETAG que faz a gestão, o que estavam fazendo e a Sabesp para apresentar como está gerindo os reservatórios no caso do Cantareira. Então, esse, eu creio, que é também esse trabalho de valorizar aquilo que disse o Dr. Varela, o papel do Conselho nesse processo. Foi bem avaliado, nós vamos deixar a gravação em vídeo e as três apresentações para os colegas que queiram conhecer. Também eu gostaria de informar que dentro desse processo de trabalho, que a cobrança pelo uso da água em São Paulo, que é um tema muito importante. Porque nós acreditamos que a cobrança é o que vai profissionalizar finalmente o sistema. Com as Fundações e agências de bacia que sexta-feira vão fazer a transferência, o termo de transferência da Secretária-Executiva suportada pela Cetesb, que é o Órgão Gestor, para a Fundação Agência de Bacia do Sorocaba e Médio Tietê. Como fizemos já com o PCJ também. Então, dos 21 comitês com todas as dificuldades que se tem para aplicar, porque o ano que vem vai fazer 10 anos a Lei de Cobrança da Água de São Paulo e passa por um ritual enorme até o decreto final do Governador. Nós temos hoje 14 comitês aptos a cobrar. Ou seja, já passaram, já têm a fase final de Decreto, aí vem o

ato convocatório. Checar os usuários e emite o boleto e 6 comitês cobrando e como vocês sabem os recursos da cobrança são aplicados mediante um plano da bacia e naquela bacia. Então, é um elemento extremamente importante. Então, essa informação, eu creio que vai referendando esse trabalho que foi mencionado anteriormente e que é um indicador importante. Segundo aspecto que eu gostaria de registrar é que também o enquadramento, o resgate da qualidade de rios é um tema extremamente importante como instrumento de gestão. E nós, em São Paulo, temos um trabalho, porque o primeiro Estado industrializado e por isso se organizou com passivo enorme. E aí na discussão, com essa discussão da carência também é um trabalho para ver o que podemos aproveitar em nossos rios e aí o PCJ, um trabalho do Comitê do PCJ de mais de 30 anos em Jundiaí com investimento, mobilização de milhares de pessoas, escola, para resgatar o rio chegamos a uma etapa final em que se classificou o rio com os relatórios em base a Portaria 2914, do SAE da Cetesb apresentando, e com velocidade, naturalmente passando pelas Câmaras Técnicas, o Conselho aprovou, ratificou a deliberação do Comitê re-enquadrando de Classe 4 para Classe 3, o que possibilita uma outra abordagem. Também eu não poderia deixar de mencionar o enorme trabalho que faz a sociedade civil que, em 1993, recolheu mais de 1 milhão de assinaturas com a SOS Mata Atlântica e todas as ONGs importantes e também dia 22 agora, foi quinta-feira, creio, da semana passada, foram apresentados os resultados capitaneados pela SOS e mostra esse trabalho de recuperação da mancha poluída do Rio Tietê. Apesar da seca e de todas as dificuldades que foram mostradas, há um enorme efeito desse trabalho. Há um trabalho voluntário de monitoramento de mais de 90 pessoas e esse relatório qualquer um dos senhores pode obter na página do SOS Mata Atlântica. Todo o relatório desse trabalho que mostra um avanço de resgate do Rio Tietê, que como Jundiaí, esse trecho levou 30 anos, o Tietê nós esperamos que nesses 30 anos de trabalho, 93-2003 e tal, se chega ao melhor resultado. Também eu gostaria de sublinhar aqui que como aqui foi debatido na última oportunidade e aprovou o reajuste do PCJ da cobrança, também o nosso Comitê, o nosso Conselho aprovou o reajuste nos rios de domínio da União. Então, isso é um aspecto significativo e eu queria sublinhar, que eu trabalho em parceria com a ANA e com todos os colegas da União e do Estado do Paraná e de Minas Gerais, avança de maneira positiva o Comitê de integração Paranapanema, fez oficina, avançou bastante. Temos alguns problemas institucionais que nós vamos pedir o apoio dos colegas da Agência Nacional. O entendimento do pacto para a gestão do Comitê grande e como o colega já mencionou aqui a questão das hidrovias, da hidrovía Tietê. Ali tem instaurado um conflito importante entre os usos múltiplos e a as prioridades de abastecimento e o controle dos reservatórios, que houve reunião aqui na ANA já. Vão fazer teste 23, 24 e 25, mas há um conflito colocado e aí também esse papel de mediação nesse conflito que nós temos que visibilizar como fazer a mediação e como pactuar sem ter que cair no aspecto de judicialização. Que somos nós, igual na política, delegar para alguém tomar decisão para nós. É uma fragilidade social enorme isso. Então, nós temos que fazer um esforço além das peculiaridades pontuais da cada um. E era isso que eu gostaria de assinalar Sr. Presidente. Só para deixar registrado para que os Conselhos no nível dos Estados também estão trabalhando.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Conselheiro Valter, nós agradecemos muito todas as suas informações e vou dar eu só...

**O SR. VALTER JOSÉ GALLINA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos)**  
- Fazer a entrega do material.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Era isso que eu estava faltando aqui. Eu tinha anotado aqui que você ia entregar um material para nós e nós vamos distribuir e isso vai também servir de instrumentação para a próxima reunião do nosso Conselho. Então, agora pela ordem, é o Conselheiro Paulo. Só para informar aos demais depois do Conselheiro Paulo, temos o Conselheiro Ronald, Clímaco e o Francisco Lahoz e aí encerraremos.

**O SR. PAULO -** Boa-noite senhor presidente, boa-noite conselheiros. Um informe rápido é a respeito do nosso 16º Encontro Nacional de Comitê de Bacia em Maceió no dia 23 a 28 de novembro. Então, estão todos convidados. Então, era mais lembrando aí essas discussões que acontecem aqui e fazem parte do encontro onde está a base onde tem os nossos representantes. Então, feito o convite em nome dos Comitês de Bacia. Obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Muito obrigado, Conselheiro Paulo. Agora o Conselheiro Ronald. Pedindo que sejam breves para que nós possamos encerrar. Eu ainda tenho mais uma rodada fora daqui.

**O SR. JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO (CONLAGOS/MA) –** Na verdade, nós queremos só dar um informe, mas nós estamos querendo entregar aqui um relatório de um seminário que aconteceu a semana passada no Maranhão e que nós resolvemos entregar para o nosso secretário, não no gabinete dele, mas publicamente. Mas escolhi esta instância aqui para entregar, porque o seminário foi muito importante e nós queremos agradecer a aqui a participação do Ministério de Meio Ambiente da Secretaria de Recursos Hídricos e Gestão Urbana e queria dizer o seguinte: o seminário foi sobre planejamento e gestão territorial do saneamento. É uma experiência que está sendo vivida lá no Maranhão pelos consórcios. São três consórcios que estão nesse momento trabalhando a assistência técnica a um coletivo de municípios para a elaboração de seus planos municipais de saneamento básico. E aí o interessante dessa discussão é que nós tivemos a presença não só do Ministério do Meio Ambiente, mas das Cidades, da Funasa, da Semae. Tivemos a participação de 31 municípios, foi muito interessante porque foi em pleno processo eleitoral e os Prefeitos e os seus técnicos acabaram colocando de lado a questão política e foram participar. Que é um momento que nós consideramos de muito valioso. E nesse seminário nós provocamos, na verdade, duas mesas de diálogo. Uma sobre a análise de conjuntura e base legal das políticas tanto de saneamento ambiental quanto também de resíduos

sólidos como também tivemos uma mesa de diálogo sobre a avaliação do processo de elaboração desses planos, tanto do saneamento quanto de gestão de resíduos sólidos. E foi um debate caloroso, porque tivemos participação do Ministério público tanto federal quanto estadual onde nós pudemos discutir a tão polêmica história da não prorrogação do prazo. Onde nós tivemos a posição, com relação ao Ministério Público, não com relação à questão da prorrogação pela prorrogação. Mas demonstrando que os municípios estão hoje envolvidos na matéria do consórcio. Estão só preocupados com a questão do planejamento, mas principalmente da questão da gestão. Porque o que adianta nós termos um plano para ficar na prateleira como aconteceu com muito planos diretores de municípios a nível de Brasil e que nós não queremos isso. Queremos que a coisa vá para a prática. E aí nós queríamos agradecer de público também, Secretário, a participação do técnico Joaquim Oliveira, do Departamento de Ambiente Urbano, que brilhantemente representou o Ministério do Meio Ambiente e dizer para vocês que esse Seminário fez parte de uma ação, que nós estamos trabalhando com o Ministério do Planejamento, que é o programa de elaboração de Planos Plurianuais Participativos Territoriais. Nós estamos elaborando lá no Maranhão juntamente com outros nove Estados os PAAs territoriais que têm como objetivo desenvolver um desenho sobre a questão das políticas públicas no contexto do PAA dentro de um desenho territorial. Está sendo muito interessante o debate dessa questão do saneamento, não só pelo saneamento, mas esse diálogo que nós estamos promovendo dessa política com as outras políticas que estão acontecendo lá no Maranhão. Eu vou entregar e muito obrigado pela participação do Ministério.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Muito obrigado. Valeu. Está entregue. Pela ordem não era você é o João Clímaco. Eu imagino que a Tereza Cristina vai dar a palavra para o Clímaco. É bom você fazer no microfone.

**A SR<sup>a</sup>. TERESA CRISTINA CAVALCANTI SOARES (Ministério da Defesa) –** Bom, Secretário, por favor, não... Coloca na sua agenda a nossa reivindicação, por gentileza. Agora eu vou passar para o senhor João Clímaco. Obrigado.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS) -** Eu peço vênica a conselheira, muito embora me sinta muito orgulhoso que em dois mandatos aqui começa a ver o protagonismo de pessoas que começaram a construir a nossa entidade há 10 anos e certamente o ano que vem esperamos ter outras pessoas e produtos desse esforço e a Tereza é um deles e eu me sinto honrando de estar assessorando ela agora em vez de ser assessorado como fazia antigamente outros representantes. Bem, Presidente, eu queria... Esse informe, essa hora de informe é uma hora que, às vezes, bota para nós falarmos as coisas que nós não pudemos falar na agenda normal.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU) –** Desde que seja dentro dos três minutos regulamentares.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS)** - Eu queria lhe pedir para dizer que eu estou com medo. Porque eu li um texto chamado a Fábula dos Porcos Assados e eu me lembrei muito desse Conselho, sabe? Eu me lembrei muito das coisas e mais ainda depois da palestra dos nossos amigos, do nosso diretor da ANA, do cenário que está se colocando e desse evento com a OCDE e eu acho que nós estamos fazendo muito a desconexão da elaboração da realidade com a solução para resolver os problemas de realidade. Eu acho que o Conselho precisa, e aí é bom que a OCDE capte isso. Nós temos todas as condições de poder dar encaminhamentos mais concretos. Quando eu vi esse cenário que foi colocado aqui hoje, eu fiquei pensando porque que a nossa pauta do Conselho não previu e as pessoas não tiveram coragem dentro do Conselho de fazer uma agenda onde ele fosse pari passu com a Agência Nacional de Águas protagonista de soluções. Agora depois que o problema é bem elaborado, empacotado e bem discernido pela competente equipe da Agência Nacional de Água, aí nós começamos a ter uma visão mais detalhada do problema. Eu ando muito angustiado com esse papel do Conselho. E tenho que dar esse informe. Por exemplo, em relação a esse caso que foi colocado aqui pelo pessoal da ANA, é emblemático dessa nossa preocupação. O texto a Fábula dos Porcos Assados mostra exatamente isso. Se faz muito elaboração, mas na hora tomar decisão, os embates políticos fazem com que as pessoas venham para cá para se defender e não para avançar para o interesse público. E, nesse contexto, eu tenho algumas coisas que precisava informar para vocês e que estão muito lentas e que vai ao encontro da minha angústia, que seria a atuação mais eficaz desse Conselho nas demandas que já são colocadas em relação à gestão dos recursos hídricos, ao Plano de Bacia na Margem Direita do Amazonas, que foi um inferno a aprovação daquilo ali. Já deve ter gerado consultoria, alocação de recurso e alguém ganhou e alguém perdeu. A população se mobilizou e a coisa está parada. Nós queremos que esse negócio tenha um andamento. Esse Conselho não pode ficar só fazendo legitimação dessas alegorias. Nós tivemos agora uma demanda, fizemos o Fórum Social da Energia, agora na Universidade de Brasília no começo do mês de setembro. E foi um evento muito rico. Vieram todos os movimentos sociais da Amazônia. E eu encaminhei um documento aqui para a Secretária do Conselho com a competência do Marcelo, o nosso diretor aqui, para que haja um protagonismo do Conselho na tomada de soluções na questão no que diz respeito da gestão na perspectiva da sociedade civil. Muitas coisas que hoje estão sendo faladas aqui são coisas que a nossa representação está em documento. Há 10 anos nós falamos que ia dar problema, o sistema não dá conta. Mas nós estamos aí com uma demanda colocada para a Secretaria para o Rio Tapajós, toda a questão do plano de bacia da margem direita do Amazonas, a lentidão do processo do Rio Paraguai, da bacia do Rio Paraguai, quer dizer, cria-se toda uma... A Fábula Dos Porcos Assados explica esse negócio. Cria-se toda uma normatização, uma onda que não termino e a coisa não anda. Nós temos também uma reivindicação que é informar essa Plenária e eu quero que isso fique em ata, tudo gravado aqui, que nós estamos vendo como a expressão dessa nossa angústia dessa insuficiência da política, a ausência, acabaram com a SETAP. Acabaram com a SETAP. A SETAP não funciona mais. Cadê o Cristiano? Que foi o último presidente. A SETAP era



uma Câmara Técnica que fazia aqui um olhar que era da sociedade civil que analisava algumas demandas e a CTCOST. Então, eu acho que tem algumas explicações que não estão dadas. Para finalizar, Presidente, eu acho que nós estamos tendo também problema do Rio Paranaíba, Rio Parnaíba e Paranaíba, eu estou falando só de Rios federais. O Rio Parnaíba, nós tivemos uma atuação muito tímida, uma manifestação muito tímida da ANA no que diz respeito ao apoio mais eficaz. Nós temos uma equipe nossa no Rio Parnaíba hoje participando da reunião da formação do Comitê. Nós precisamos que isso seja resolvido. A CODEVASF está sem base jurídica para investir na bacia porque ela está com medo porque não tem Plano de Bacia, não tem Comitê e nós estamos querendo que a coisa aconteça. Então, acho que está muito lento esse sistema para isso. E o Rio Paranaíba é emblemático. Eu estou falando de umas coisas que nós estamos diretamente envolvidos. O Rio Paranaíba é emblemático porque através do Rio Paranaíba nós estamos tendo uma leitura de que há um movimento nacional de implosão do instrumento cobrança pelo uso da água. Mas não é só no Paranaíba nós estamos sentindo que tem uns nós aí. Então, são coisas que nós precisamos resolver.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – João, eu gostaria que você concluísse, por favor.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS)** - Então, eu quero que tudo isso fique registrado, Diretor, para que nós não fiquemos aqui nessa via...

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Proponho ao Clímaco uma reunião com o Diretor de Recursos Hídricos.

**O SR. JOÃO CLÍMACO (ONGS)** - Que não estão sendo documentadas, elaboradas, alegorizadas, mas nós estamos precisando que a população veja este Conselho como o lugar de solução dos seus problemas. Eu cumprimento a paciência a vocês e muito obrigado.

**O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – João, muito obrigado. Depois você marca uma reunião com o Marcelo, Diretor de Recursos Hídricos e passa essas coisas.

**O SR. FRANCISCO LAHOZ (PCJ)** – Boa-noite a todos, Francisco Lahoz Segmento dos Consórcios e Associações. Eu gostaria de fazer um depoimento e já deixando um site [www.agua.org.br](http://www.agua.org.br). Nós somos da região bacia do Piracicaba de Jundiá que divide o sistema Cantareira com a grande São Paulo. E quando, em dezembro, nós já fizemos um alerta a todos os elementos gestores recomendando, inclusive, restrição do uso da água, ou seja, racionalização em 50%. Não fomos ouvidos. Reiteramos diversas vezes que isso fosse feito. Não fomos ouvidos. Recomendamos que o volume morto fosse

2792 reservado para agora, no momento da estiagem. Não fomos ouvidos. Mas, não  
2793 nos entregamos. Por isso que eu citei o [www.agua.org.br](http://www.agua.org.br). Já em dezembro,  
2794 lançamos 25 procedimentos que servem para a estiagem para toda a Região  
2795 Sudeste. Fizemos um abraço dentro do Cantareira seco em abril e lançamos  
2796 39 projetos que hoje se caracterizam em 43 projetos com orçamento, temos o  
2797 Banco de Projetos. O Banco de Projetos que vão desde construções de  
2798 cisterna, de substituição de redes para controle de desperdício, construção de  
2799 reservatórios, medidas não estruturais e estruturais e N medidas. Nós  
2800 transformamos isso em carta aos candidatos. Vamos encaminhar também para  
2801 a Secretária de Recursos Hídricos, para a ANA. Porque nós entendemos o  
2802 seguinte, o que nós fizemos foi não ficarmos parados. E informando aos  
2803 senhores, já temos três municípios da nossa região que estão sendo  
2804 abastecidas por água de cava de mineração. Que o consórcio PCJ localizou  
2805 através do *Google Earth*, fizemos análises e com canalização de irrigação, e  
2806 caminhões pipa estamos abastecendo os Municípios. Sobrevoamos de  
2807 helicóptero toda a região e temos água para 60 dias nas bacias PCJ levantada  
2808 por uma associação de usuários. Porque sentimos as dificuldades do DEE, da  
2809 própria ANA, dos organismos gestores em pleno processo político de tomarem  
2810 ações mais efetivas. Então, nós tomamos essas ações e vamos ter a liberdade  
2811 de tão logo terminarem as eleições virmos até os senhores porque entendemos  
2812 que agora estamos adiante de uma crise, a pior dos últimos 90 anos, e vamos  
2813 ter que mudar de hábitos. Vamos ter que mudar de cultura. De região  
2814 semiárida para a árida. Em toda a Região Sudeste. Então, vamos precisar de  
2815 vocês. Só que a boa notícia. Nós iremos com projetos Executivos embaixo do  
2816 braço. E está lá no nosso site [www.agua.org.br](http://www.agua.org.br) à disposição de todo o Brasil e  
2817 de todos que necessitarem. Um detalhe, e temos também as duas soluções.  
2818 Nós temos a solução para evento extremo das secas e das cheias. E das  
2819 cheias é uma só, todas as câmaras municipais nossas estão obrigando a  
2820 construções acima de 500 m<sup>2</sup> construir cisternas. Porque se você retém a  
2821 onda de pico no momento de cheia você evita que o fluxo chegue até os rios  
2822 provocando inundações e ao mesmo tempo você pode já fazer uma  
2823 canalização, o consórcio tem um projeto também, que ele usa uma cisterna  
2824 elevada, uma cisterna enterrada e conexão com o cavalete. Quer dizer, se uma  
2825 delas falhar, a outra cobre. E com isso nós abastecendo os sanitários. Ou seja,  
2826 estamos procurando soluções e o brasileiro é criativo e é capaz de sair dessa e  
2827 todos unidos, esse Conselho unido vai, com certeza, dar uma lição para o  
2828 futuro. Muito obrigado.

2829  
2830  
2831 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Muito obrigado,  
2832 conselheiro Francisco. Então, nós chegamos ao fim dessa longa jornada de  
2833 hoje. Cumprimos toda a nossa agenda. E eu convido os senhores amanhã para  
2834 estamos juntos para acompanhar as discussões sobre o gás do xisto, *Shale*  
2835 *Gas*, e temos uma agenda também bastante movimentada amanhã com vários  
2836 debatedores aqui. Então...

2837  
2838  
2839 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Quebrando o protocolo eu esqueci de um  
2840 convite. Valter disse que se quiserem descentralizar, que a reunião de  
2841 dezembro do Conselho seja em São Paulo.

2842

2843

2844 **O SR. NEY MARANHÃO (Secretário Executivo SRHU)** – Aí é falar de corda  
2845 na casa do enforcado e não fica bem. Então, fazemos aqui mesmo garantindo  
2846 neutralidade do território para os debates não terem nenhuma forma de  
2847 intimidação ou restrição. Muito obrigado a todos pelo dia de hoje e aguardo-os,  
2848 amanhã, às 9 h, para nós fazermos a continuação dessa reunião. Muito  
2849 obrigado. Boa-noite.